

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

SANDRA MARIA DOS SANTOS VALERIANO

**UM ESTUDO DE IDEOLOGIA – EDUCAÇÃO CIDADÃ: UMA ANÁLISE SOBRE AS
MOTIVAÇÕES E ASPIRAÇÕES DOS ALUNOS DA ONG EDUCAFRO**

**Dissertação apresentada ao
programa de pós-graduação em
Educação e Currículo, Universidade
Metodista de São Paulo, como
exigência parcial para a obtenção
do título de mestre em Educação
sob a orientação do Profº. Drº.
Décio Azevedo Marques de Saes.**

**São Bernardo do Campo
2006**

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cristiane Maria Ribeiro

Prof^o. Dr.^o Joaquim Gonçalves Barbosa

Prof^o. Dr^o Décio de Azevedo Saes**pdfMachine****Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

**Dedico este trabalho ao Cláudio Valeriano, companheiro de todas as horas,
a Julieta Maria dos Santos e Nazira Pereira da Silva, lindas mães negras.**

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Agradecimentos

Em especial a Deus, ao meu esposo Cláudio Valeriano, às minhas irmãs Célia Maria dos Santos e Valéria Maria dos Santos e também às amigas Ana Paschoalin, Marilene Silva e Adriana Riger por terem sido tão companheiros. Aos alunos que contribuíram com o resultado da pesquisa, agradeço pelos comentários extremamente significativos. Aos professores e coordenadores dos Núcleos da EDUCAFRO, sou grata por compartilharem com a busca da resposta às questões levantadas.

Ao meu orientador de mestrado, Décio Azevedo Marques de Saes, que me ensinou a trabalhar seriamente, com afincamento e responsabilidade. Com ele aprendi a ter coragem para enfrentar os desafios impostos por análises que muitas vezes pareceram impossíveis. Por intermédio, dele conheci o trabalho da EDUCAFRO e reafirmei o desejo de aprender sempre mais. Agradeço-lhe pela confiança e amizade. Especialmente aos professores da Banca Examinadora, Cristiane Maria Ribeiro e Joaquim Gonçalves Barbosa, pela leitura cuidadosa do trabalho e pela valiosa contribuição para texto final.

Agradeço também o grande incentivo e a amizade das alunas Olga, Livia, Laura, Sandra e Dina, e espero tê-las para sempre como amigas.

Outros tantos professores compartilharam de diferentes maneiras com a minha trajetória acadêmica. Dentre eles, agradeço a Elydio dos Santos Neto, Marília Claret Geraes Duran, Maria Leila Alves, Jane de Almeida, Danilo Di Mano, Cecília Donária Ferreira Gonzaga e Lindamir de Oliveira. Ao frei David Raimundo dos Santos, em especial, pelas valiosas e essenciais informações na elaboração desta dissertação.

Aos demais companheiros do Centro Educacional Unificado Meninos, agradeço pela amizade e paciência, em especial sou grata a Ana Márcia, amiga inseparável e companheira fiel das diversas discussões.

A conclusão deste estudo deve-se certamente a pessoas que por ventura esqueci de agradecer aqui. A elas o meu apreço.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo conhecer, discutir e analisar as motivações e aspirações dos alunos inseridos nos cursos pré-vestibulares para negros e carentes da ONG EDUCAFRO, bem como a inserção desses jovens no Ensino Superior e no mercado de trabalho, considerando os mecanismos de inclusão e exclusão dos negros no Sistema Educacional Brasileiro.

Dentre muitos estudos importantes, que abordam a temática do negro no sistema educacional, gostaríamos de destacar os Movimentos Sociais, de Educação e Cidadania, a dissertação: Um Estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares, apresentada ao Programa de Pós-graduação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre de Alexandre do Nascimento – UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1999 e a dissertação de Mestrado de Cristiane Maria Ribeiro sob o título Anti-Racismo e Educação: O Projeto Político-Pedagógico das Lideranças Negras de Uberlândia em 2000. A leitura dessas obras foi essencial para o encaminhamento dos estudos que integram este trabalho, uma vez que argumentam sobre a dívida social que o Brasil tem com os afro-descendentes no sistema educacional. Destacamos também o professor, escritor e ativista dos direitos humanos, o historiador negro nascido nos EUA, John Hope Franklin declara que as políticas compensatórias foram aplicadas desde a década de sessenta. Essas políticas pretendiam oferecer aos afro-americanos a chance de participar das mudanças sociais. De modo que as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e também implantar procedimentos que fossem favoráveis à população negra. No Brasil, essa luta está sendo organizada pela ONG EDUCAFRO que vem desenvolvendo há alguns anos mecanismos de inclusão social, justificando-os por meio da necessidade de compensar os negros pela discriminação sofrida no passado, beneficiando de alguma forma essa porcentagem da população brasileira.

No decorrer da pesquisa bibliográfica, encontramos, por meio das diversas obras consultadas, uma grande preocupação dos autores com a questão das Ações Afirmativas como meio de compensar a população negra, apesar da resistência por parte daqueles que temem o progresso social dos negros, no entanto, pesquisas

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

recentes indicam caminhos para reverter esse quadro negativo. Diante dessa realidade, fica o grande desafio: o que motiva e quais são as metas dos professores que ministram voluntariamente aulas nos Cursinhos Comunitários? O que almejam os alunos com o seu acesso no Ensino Superior? A pesquisa confirmou que os alunos do Núcleo estudado buscam na ONG EDUCAFRO uma forma alternativa de inserção no Ensino Superior e, que essa inserção os motiva e os inspira no vislumbre de se colocarem também no mercado de trabalho. Vale ressaltar que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas de abrir espaços para novos questionamentos.

Palavras-chave: Cidadania; inclusão; ações afirmativas.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

ABSTRACT

This study aimed to know, discuss and analyse the motivations and aspirations from poor as well as afro-descendant students who are taking the “pré-vestibular” courses at the Non-Governmental Organization EDUCAFRO, their entrance at universities and in the work market taking into account the inclusion and exclusion mechanisms of the Brazilian Educational System.

Among many relevant studies about afro-descendants in the educational system, we would like to emphasize two of them that deal with social movements, education and citizenship. The first one is the dissertation thesis by Alexandre do Nascimento who presented it at UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, in 1999 – called: “Um Estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares” and the other one, also a dissertation thesis, is “Anti-Racismo e Educação: O Projeto Político-Pedagógico das Lideranças Negras de Uberlândia em 2000”. This work was presented by Cristiane Maria Ribeiro.

Reading these two works was crucial for this present thesis once both of them discuss the social debt that Brazil has to the afro-descendants in the educational system. We also emphasize the work of the afro-american professor, writer and activist for the human rights John Hope Franklin who states that compensatory politics have been applied since the 1960's. These politics focused on offering the afro-americans the chance to take part in the social changes. Therefore, universities were obliged to implant quota politics and also procedures that were favorable to the afro-american population. In Brazil, this struggle is being articulated by the Non-Governmental Organization EDUCAFRO that has been developing mechanisms of social inclusion justifying them by stating that they are a way to compensate the afro-brazilians for the discrimination suffered in the past. This would, EDUCAFRO argues, benefit in some sense a percentage of the brazilian population.

During our bibliographical research we have found, in many of the works we have read, a great concern by the authors with the issue of Affirmative Action as a path to compensate the afro population despite the resistance from those who fear the social progress of the afro-descendants. Even so, recent researches indicate paths to revert this negative picture. Facing this reality, we have the challenge: what

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

motivates and what are the goals of the teachers who voluntarily teach in the “Cursinhos Comunitários”? What do students expect after entering university? This research has confirmed that the students from EDUCAFRO see in this Non-Governmental Organization an alternative way to enter university and this possibility motivates and inspires them to enter the work market as well.

It is important to affirm that this present study does not intend to finish the discussion about this subject . On the contrary, it wishes to open up spaces for new questionings.

Keywords: Citizenship; Inclusion; Affirmative Actions.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

SUMÁRIO

Introdução	11
As Ações Afirmativas como mecanismo de inclusão social	11
Procedimentos metodológicos	18
CAPÍTULO I	
O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL	22
1.1. Uma prática seletiva e discriminatória	22
1.2. A visão de Paulo Freire sobre a educação cidadã	30
CAPÍTULO II	
O SURGIMENTO DAS ONGs	35
2.1. Histórico	35
2.2. A trajetória histórica da EDUCAFRO.....	39
CAPÍTULO III	
ELEMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	
DA EDUCAFRO	43
3.1. A EDUCAFRO e sua proposta pedagógica	43
3.2. Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo	
no Brasil	48
3.2.1. Ato oficial: Implantação da escravidão no Brasil	48
3.2.2. Ato oficial: Lei Complementar à Constituição de 1824	50
3.2.3. Ato oficial: Lei de Terras de 1850, n° 601	50
3.2.4. Ato oficial: Guerra do Paraguai (1864 -1870)	51
3.2.5. Ato oficial: Lei do Ventre Livre (1871).....	51
3.2.6. Ato oficial: Lei do Sexagenário (1885)	52
3.2.7. Ato oficial: Decreto 528 das Imigrações Europeias (1890)	52
3.3. As discussões que permeiam os sete atos	
apontados pela <u>ONG EDUCAFRO</u>	53
3.4. Ações Afirmativas: opção para o Brasil	54
3.5. A relação PROUNI e ENEM	57

	10
3.6 Procedimentos da EDUCAFRO na educação dos jovens	60
3.7. O perfil dos alunos da EDUCAFRO	63
3.8. Ações Afirmativas: relatos de uma experiência no Brasil	65
3.9. Dados coletados no Núcleo CEU Meninos	67
Análise dos gráficos	68
Análise dos dados coletados	72
Considerações finais	75
Referências bibliográficas.....	78
Referências bibliográficas específicas sobre “os sete atos”	85
Sites consultados.....	86
Documentos e fontes de pesquisa.....	86
Anexos.....	87
Anexo 1.....	87
Anexo 2	89
Entrevistas	89
Entrevista 1.....	89
Entrevista 2.....	91
Entrevista 3.....	92

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

INTRODUÇÃO

As Ações Afirmativas como mecanismo de inclusão social

Neste estudo, tratamos das questões relacionadas aos mecanismos que impediram e ainda impedem o acesso da população negra à educação, bem como ao mercado de trabalho. Pretende-se também apontar, por meio das reflexões de alguns teóricos sobre a educação e a sociedade, mecanismos capazes de reverter o cenário negativo de exclusão.

Observamos que a presente discussão aborda uma questão social, assim é necessário que nos posicionemos em relação ao tratamento desigual sofrido pelos negros na educação e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

As motivações e as aspirações dos alunos inseridos nos cursos pré-vestibulares para negros e carentes, bem como a inserção desses jovens no Ensino Superior e no mercado de trabalho, analisadas em *Educação cidadã*, trabalho das alunas Livia Mantunelli Santos, Olga Rios Rodrigues e Laura Lopes, sob a orientação do professor Joaquim Gonçalves Barbosa, da Universidade Metodista de São Paulo, foram o ponto de partida para as discussões apresentadas nesse estudo. Dentre muitos aspectos do trabalho de investigação dessas alunas, gostaríamos de ressaltar a análise das diferentes vivências de exclusão que os alunos enfrentam na escola.

Educação cidadã leva-nos a questionar sobre os mecanismos que condicionam o sucesso daqueles que conseguem chegar ao Ensino Superior. Desse modo, faz-se necessário averiguar quais os mecanismos que abrem as portas do conhecimento científico para os estudantes negros, como também os que regem a sua exclusão, sobretudo, dos bancos acadêmicos. Para tanto, gostaríamos de ressaltar o que observou Hasenbalg (1977: 7-33) em um de seus estudos. Esse autor destaca que a escola seria um dos lugares onde o sistema de discriminação racial se reproduz e se atualiza. Para negros e brancos, o resultado educacional é desigual, mesmo em situações em que ambos possuem o mesmo poder econômico.

Porém, a pesquisa bibliográfica nos faz pensar que as políticas sociais

pouco têm feito para combater a discriminação racial e a desigualdade social e que há uma grande distância entre o discurso e a prática. Temos observado ao longo desse estudo que as ações, para reverter este quadro negativo na sociedade, restringem-se apenas ao trabalho de conscientização da população que age por meio de denúncia quando há casos concretos de discriminação.

Haddad (2002: 10) considera que o Concurso: *O Negro e a Educação* tem trazido subsídios fundamentais para que se amplie o conhecimento, tanto teórico como empírico, sobre o tema, haja vista que, em sua primeira edição, ocorrida no período de 1999-2000, foram apoiados institucionalmente dez projetos e, no período de 2001-2003, na segunda edição, um total de quinze trabalhos universitários, de várias partes do Brasil, foram patrocinados.

De que forma o Sistema Educacional Brasileiro deveria proceder para reverter o quadro de desigualdade social? Para responder a essa pergunta destacamos abaixo as considerações de Valter Roberto Silvério, em *Ações Afirmativas e Diversidade étnica e racial*.

A educação superior que admite o ingresso diferenciado, incluindo reserva de vagas, para negros e outros marginalizados, engaja-se na luta por justiça social e racial, ao buscar corrigir e suprimir discriminações a que esses grupos têm sido submetidos. Isto não pode ser entendido como esmola ou favorecimento indevido, uma vez que os ingressantes terão comprovado competências mínimas para empreender estudos em nível superior. Caberá ao estabelecimento de ensino que recebe estes alunos fornecer todos os meios, apoio pedagógico e até mesmo afetivo para que cumpram com êxito o percurso acadêmico. (p.143)

No entanto, essa não é a realidade vivenciada por estudantes negros. De fato, basta observarmos os recentes discursos da mídia que enfatizam cada vez mais as diferenças. Conforme destaca Hasenbalg (1997), o negro no Brasil vivencia um processo específico de segregação baseado em sua condição racial, que compromete a própria cidadania. Ser negro no Brasil significa ocupar os estratos mais baixos da hierarquia social, o que representa possuir níveis inferiores de instrução, de ocupação e de renda.

Esse estudo também se justifica em virtude da parceria entre as organizações não-governamentais e universidades públicas e privadas ser de alta relevância acadêmica em um momento histórico em que esta colaboração é considerada uma alternativa para o encaminhamento de reparação às classes sociais menos favorecidas e, em especial, o negro, apesar da resistência que alguns intelectuais brasileiros com uma visão refratária sobre educação e direitos de igualdade têm apresentado em relação às Ações Afirmativas.

Outro aspecto a ser considerado no presente estudo é a política educacional veiculada nos meios acadêmicos por meio de ações afirmativas. Para tanto, abordamos as discussões do Coordenador geral dessa organização não-governamental, frei David dos Santos, apresentadas em forma de entrevistas. Vale ressaltar a relevância das ações geradas pela ONG EDUCAFRO, em parceria com Programas de Políticas Públicas, a fim de minimizar as diferenças sociais.

Vejamos, a seguir, o que diz o coordenador da ONG EDUCAFRO ao jornal *Folha de São Paulo*, de 15 de fevereiro de 2005, quando aponta as diferenças nos conteúdos aprendidos pelos alunos das escolas privadas em detrimento dos alunos das escolas públicas.

Há oito anos a equipe de políticas públicas da EDUCAFRO acompanha com atenção a prova aplicada pela Universidade de São Paulo. Para nosso desgosto, os índices de aprovação de alunos oriundos da rede particular de ensino médio e de cursinhos caros aumentam a cada ano. A prova é desleal e não respeita o conteúdo ministrado pelo mesmo Estado na Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio. Não se pode exigir do aluno da rede pública o que não lhe foi dado pela Secretaria Estadual de Educação! É um ato cruel e tremendamente injusto por parte do Estado! O poder econômico não pode definir a gratuidade do acesso à USP.

Um artigo publicado no Caderno de Educação do jornal *Folha de São Paulo*, de 15 de fevereiro de 2005, declara que a escola privada amplia seu domínio na FUVEST.

Vejamos abaixo um trecho extraído da reportagem.

No processo seletivo de 2006 da FUVEST que seleciona para USP, Santa Casa e Academia do Barro Branco - 73,2% alunos

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

dos chamados para a matrícula fizeram o Ensino Médio integralmente em colégios particulares. O número é maior desde 2001, quando foi de 74,1%. Em 2005, ficou em 71,9%. Se incluirmos neste índice os alunos de escola pública (que são da classe média) e que fizeram parte de seus estudos em escolas particulares ou no exterior, o índice cresce para 78%. A FUVEST vem alimentando a indústria dos cursinhos caros. Grande parte das escolas particular não aprova na FUVEST. Vejamos: 62,1% dos convocados na primeira chamada se prepararam em um pré-vestibular caro. Os números não são maiores porque as escolas particulares descobriram esta fatia do mercado e criaram cursinhos pré-vestibulares dentro do seu terceiro ano do Ensino Médio. Ministram aulas regularmente no período da manhã e à tarde investem com aulas de macetes para os vestibulares da FUVEST.

Há uma outra questão, no que diz respeito ao problema da exclusão dos negros do Ensino Superior, conforme dados colhidos na entrevista do coordenador geral da ONG EDUCAFRO. Ele argumenta que a primeira tentativa das organizações negras de fazer face à obstrução do acesso dos negros à universidade brasileira deu-se na forma da criação dos cursos de preparação para o vestibular. Organizados geralmente a partir do trabalho voluntário de professores, que se dispunham a ensinar gratuitamente, jovens negros da periferia do Rio de Janeiro, São Paulo e de outras grandes cidades brasileiras, esses cursos funcionam, em espaços físicos cedidos por entidades religiosas ou associações comunitárias.

Os relatos dos três principais atores do projeto, o coordenador, o professor e o aluno, foram fundamentais para a caracterização institucional da **EDUCAFRO**, bem como para a análise das ações em andamento, avaliando as perspectivas dos usuários do pré-vestibular comunitário para a sua inclusão no Ensino Superior e os principais problemas encontrados pela **ONG** para inserção dos afro-descendentes na educação. Os dados coletados implementaram a análise do presente estudo com o propósito de descrever os conceitos de Cidadania e Educação e o que pensam e como são motivadas as pessoas que passaremos, a partir de agora, denominá-las como atores.

Os estudos sobre os temas Cidadania e Educação possibilitaram à pesquisadora uma vivência cotidiana com os alunos da EDUCAFRO. De modo que foi possível desenvolver nessa ONG um projeto de trabalho intitulado – O Texto Trabalhado –, cuja idéia inicial era fazer os alunos perceberem a importância da

leitura subjacente, aquela que está nas entrelinhas e que não aparece no texto, mas no contexto em que se dá ênfase aos mecanismos de leitura nos vestibulares.

Acreditamos que assim demos aos alunos a oportunidade de concorrerem aos exames vestibulares com uma visão diferente da interpretação de leitura que ele tinha anteriormente. É importante observar que se trata de um trabalho paralelo à pesquisa realizada.

Nesse momento, convém examinarmos o conceito sobre cidadania, pois, ao longo dos séculos, a humanidade organizou pactos éticos e morais relacionados com a diminuição de conflitos decorrentes da diversidade, que resultam em uma convivência pacífica entre os homens.

Segundo SASSAKI, (1999), a palavra cidadania significa o próprio direito à vida em sentido pleno. Um direito que precisa ser construído coletivamente, não só no sentido do atendimento às necessidades básicas, mas ao acesso a todos os níveis de existência.

Contudo, esse direito não se faz presente na prática quotidiana, uma vez que os negros muitas vezes são excluídos da possibilidade de exercer sua cidadania. As pesquisas históricas demonstram exemplos de perseguição, tortura, humilhação, segregação e aviltamento dos direitos de cidadania.

Estamos no século XXI, os prejuízos que os mecanismos de exclusão causaram à população negra são incomensuráveis. Convém lembrar aqui o fato de o Ministério da Educação se opor à adoção de políticas de ação afirmativa, restringindo a sua atuação à melhoria do Ensino Fundamental e Médio. Acabou se rendendo às pressões da comunidade negra e, pela medida provisória nº 63, de 26 de agosto de 2002, assinada pelo Presidente da República, foi criado o Programa: Diversidade na Universidade, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao Ensino Superior, de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, em especial à população negra.

Para referendar a origem das *Ações afirmativas*, examinamos as discussões de John Hope Franklin, apresentadas no programa *Roda Viva*, da Rede Cultura de Televisão, em maio de 1999. Franklin é professor, escritor e ativista dos direitos humanos, historiador negro nascido nos EUA, cujas obras, que citaremos a seguir,

têm sido um referencial obrigatório nas pesquisas sobre direitos civis e questões raciais.

Neto de escravos, John Hope, durante 61 anos, dedicou-se ao estudo da História da segregação racial norte-americana e a cruzada dos direitos civis. Suas principais obras são *Raça e história* e *Primeira pessoa no singular*. Afirma o historiador que seu principal objetivo nessas obras é escrever "para que as pessoas saibam como a história se deu" (Franklin, 1988). A respeito dos movimentos negros nos EUA, o historiador declara que as políticas compensatórias foram aplicadas desde a década de sessenta. Essas políticas têm por objetivo, oferecer aos afro-americanos as chances de participar das mudanças sociais. Os empresários foram obrigados a mudar suas práticas, aplicando outras maneiras de contratação, promoção e formação contínua nas empresas visando à inserção dos afro-americanos. Conseqüentemente, as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e implantar outros procedimentos que fossem favoráveis à população negra; os meios de comunicação e órgãos publicitários foram obrigados a reservar em seus programas certa percentagem para a participação dos negros. No mesmo momento, programas de aprendizado, visando a uma tomada de consciência racial, foram desenvolvidos a fim de levar a reflexão aos americanos brancos na questão do combate ao racismo.

Vejamos um trecho da entrevista em que Franklin aborda a questão dos direitos de todos os cidadãos:

Foram lutas de muitos anos na vida dos afro-americanos para garantir oportunidades iguais em todas as áreas e aspectos da vida americana, igualdade na educação, igualdade nos ambientes de trabalho, igualdade na administração da justiça, igualdade na assistência à saúde e igualdade na qualidade de vida.

O professor e ativista dos direitos humanos, John Hope Franklin, destacou ainda que, no Brasil, a causa relacionada às desigualdades sociais está na hipocrisia dos homens públicos em não reconhecer a legitimidade da luta por meio dos Movimentos negros. Aqueles que temem o sucesso social dos negros comportam-se de maneira muito ruidosa e sua resistência é dramática, até mesmo

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

grosseira; pois no Brasil o racismo é ilimitado. O historiador explica que não há leis que possam minimizar o racismo brasileiro, como nos EUA onde o negro foi inserido socialmente por meio de uma legislação. Aqui no Brasil, o temor observado advém do medo do sucesso dos negros, porque parte da população teme que os afro-descendentes tornem-se mais ativos e conscientes na luta pela resistência à mudança. Quanto a esse movimento defensivo, ele ressalta ainda que o número de negros que teve uma ascensão econômica nesse período, pode ter influenciado aqueles que resistem bravamente à inclusão social de outros negros.

Vejamos abaixo outro trecho da entrevista em que Franklin aponta para o resultado das ações realizadas pelo Movimento negro:

As ações realizadas pelo Movimento negro diminuíram a segregação e aumentaram o número de crianças negras nas escolas. As *Ações afirmativas* não podem ser consideradas como o aspecto mais importante para o progresso dos negros americanos com a sua inserção no Ensino Superior e conseqüentemente no Mercado de Trabalho, porém, ela foi um grande passo para afirmar a condição humana, social e econômica dos negros naquele país. No Brasil, diferentemente dos EUA, alguns estudos sobre as desigualdades educacionais no Ensino Superior caminham lentamente, mas, já se destaca o aparecimento de grandes obras e uma variedade de autores negros afirmando, em suas pesquisas, as Políticas de Cotas como um mecanismo de reparação sobre as injustiças sociais sofridas pelas populações negras ao longo da História.

Temos consciência de que as reivindicações da EDUCAFRO não se restringem apenas ao aspecto educacional. Dentre outras, privilegiam a conscientização da população negra sobre os problemas a que está sujeita na sociedade brasileira, tendo em vista o preconceito e a discriminação, sofridos nos campos social, político e moral.

Quando optamos por estudar a ONG EDUCAFRO, na perspectiva de uma educação cidadã, reportamo-nos à tese de mestrado de RIBEIRO (2000:15) que considera o movimento negro na perspectiva da educação, pois esta é uma das organizações que representam a vanguarda na defesa dos interesses da população negra e têm se utilizado de diferentes estratégias de ação na busca de alternativas para a problemática do negro de maneira geral e, por conseqüência, para as questões ligadas à educação. Interesses esses que a ONG EDUCAFRO também

tem buscado, pelo menos no Estado de São Paulo..

Para efeito desse estudo, limitar-nos-emos às questões referentes aos problemas do acesso e da permanência do aluno afro-descendente no Ensino Superior e a importância desse para a sua entrada no mercado de trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Durante o desenvolvimento do presente estudo, o trabalho de pesquisa e análise de textos com temas pertinentes ao estudo, tais como cidadania e educação entre outros, reforçou a necessidade de aqui chamar a atenção para as desigualdades sociais. Iniciamos nosso estudo consultando documentos liberados pela sede Central da EDUCAFRO, livros, teses, dissertações, artigos de revistas e jornais, procurando compreender e aprofundar o debate em torno do tema educação da população negra e, de modo particular, as reivindicações da ONG estudada.

Essa revisão bibliográfica sobre educação, relações raciais e cidadania serviu como fonte de informações para sustentar e encaminhar nossa problemática.

Para construir o universo da investigação, as pesquisas de campo e qualitativas mostram-se adequadas para os objetivos de interpretar o fenômeno social em pauta, bem como reconhecer os entrevistados como grandes colaboradores e produtores de conhecimento. Dessa forma, partimos para a pesquisa de campo com o propósito de averiguar o compromisso dos coordenadores e professores voluntários com o Curso pré-vestibular comunitário. Os professores e coordenadores entrevistados desenvolvem atividades que preparam os alunos para participar dos processos seletivos que visam ao ingresso às universidades. Para esses voluntários, os estudantes precisam acreditar que é possível ser bem-sucedido nas provas de seleção.

Como metodologia optamos por uma abordagem qualitativa e, como instrumento, utilizamos um questionário composto por 23 perguntas dirigidas aos alunos do núcleo da ONG EDUCAFRO, em São João Clímaco, esse núcleo foi escolhido por estar localizado no bairro onde a pesquisadora reside.

A concepção geral deste trabalho parte do estudo de campo realizado com alunos considerados fenotípicos que são aqueles determinados pela aparência e constituição física, ou seja, que apresentam pele totalmente negra e *cabelo duro*, ou seja, segundo a EDUCAFRO é um racismo de marca e não de origem. Ribeiro (2000, p.41) destaca que, tanto a posição daqueles que percebem como dinamizadora a “raça”, significando cor / ou traços fenotípicos quanto à posição dos que defendem especificidades culturais e religiosas secundarizam outros aspectos também importantes na definição do que significa ser negro, tal como a segregação econômica. E aos genotípicos refere-se à herança genética que são as características hereditárias daqueles que descendem, é o racismo de origem. Também entrevistamos professores e coordenadores da ONG EDUCAFRO no Núcleo CEU Meninos. O objetivo é descrever os mecanismos que possibilitaram o sucesso desse grupo, bem como os fatores que contribuem para o desrespeito e as diferenças.

Acreditamos que esse tipo de pesquisa contempla uma diversidade maior de informações.

Dados:

Dos 45 alunos entrevistados do núcleo CEU Meninos, dez são negros fenotípicos, ou seja, aqueles que apresentam pele totalmente negra; e o restante: genotípicos, trazem apenas a herança genética.

Entrevistamos também seis professores: dois negros e quatro brancos; nove coordenadores: cinco negros e quatro brancos, no mesmo núcleo e dois coordenadores na Sede da EDUCAFRO, em São Paulo.

Dentre esses coordenadores, está frei David dos Santos que já havia nos permitido gravar uma entrevista, bem como fotografá-lo, na reunião de coordenadores, em 3 de junho de 2006, no Núcleo estudado conforme anexo. Todas as entrevistas versavam sobre as motivações e foram gravadas para que pudéssemos transcrevê-las literalmente, somando um total de dez horas de gravações. Quanto aos alunos, optamos por aplicar questionário, explicando-lhes as intenções da pesquisa, procurando compreender, como se dá na prática, a atuação dos atores voluntários, apontados por Freire (1998), como sendo uma das características essenciais para programar um trabalho voltado para uma educação

cidadã.

Fizeram também parte do presente procedimento, leituras de dissertações de mestrado e teses de doutorado, produzidas nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre 2000 e 2005 sobre os seguintes temas: **O Negro e a Educação e Políticas de Ações Afirmativas**, além das já citadas no Resumo desse estudo. As leituras desses textos apontaram caminhos e referendaram as argumentações sobre a dívida social que o Brasil tem para com os descendentes de escravos no sistema educacional.

Os intelectuais interpretaram as nossas desigualdades de diferentes maneiras. Trata-se agora de combatê-las e de transformar o Brasil em um país menos injusto, mais solidário, menos mercantil, com afirmações dos direitos de todos especialmente dos que foram secularmente discriminados.
(Jornal do Brasil, 9 jul.2006)

No capítulo I, analisamos os descaminhos que impediram o acesso da população negra à educação, tendo como referência os mecanismos da exclusão social. Realizamos também uma breve síntese da visão de Paulo Freire sobre a Educação Cidadã para uma melhor reflexão sobre a importância do trabalho desenvolvido pela EDUCAFRO, como um mecanismo de emancipação e transformação social no que diz respeito à inclusão.

No Capítulo II, destacamos um breve resumo a fim de apresentar a historicidade das ONGs como apoio aos socialmente excluídos, destacando os principais conceitos de Maria da Glória Gohn sobre as organizações não-governamentais e, em especial, a trajetória histórica da EDUCAFRO. Faz-se necessário re-significar a solidariedade, a cidadania e o trabalho voluntário tão propalado por Freire. Constatamos a relevância da pesquisa e a delimitação do problema abordado.

No Capítulo III, examinamos os elementos para a caracterização Institucional da EDUCAFRO: a metodologia de ensino, o perfil dos alunos, as práticas dos coordenadores de núcleos e o perfil dos professores.

No Capítulo IV, os processos das análises dos dados, coletados por meio das entrevistas e questionários com a pesquisa de campo, revelaram as

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

expectativas que esses jovens têm sobre o Ensino Superior, bem como o desejo de serem inseridos no mercado de trabalho, após a graduação.

Posteriormente, apresentamos as conclusões do estudo, retomando aspectos fundamentais, na tentativa de oferecer subsídios para reflexão sobre as orientações da ONG EDUCAFRO e, em particular, sobre a educação.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

CAPÍTULO I

O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto

NELSON MANDELA, in: *Para Além do Racismo & Abraçando um Futuro Independente*. 2003.

1.1. Uma prática seletiva e discriminatória

Com o objetivo de clarificar as nossas discussões, pretendemos, neste capítulo, empreender um breve relato histórico da situação da população de afro-descendentes após a abolição; em seguida, fazer uma breve consideração sobre a inserção dessa população no Ensino Superior e no mercado de trabalho.

Reiteramos que o nosso objetivo neste capítulo é também mostrar que o trabalho desempenhado pela EDUCAFRO é relevante, pois a resistência aos mecanismos de inclusão social, como reparação das injustiças raciais, está longe de ser superada. Portanto, cabe ressaltar a importância da função social desses mecanismos de luta.

Dentre os muitos autores consultados na pesquisa bibliográfica, como Alexandre Nascimento (2005) Gilberto Freire (1968), Florestan Fernandes (1955), Roger Bastide (1973), Octávio Ianni (1996), Oracy Nogueira (1996), Mariza Correia (1998), Henrique Jr. Cunha (1999), Clóvis Moura (1990), Abdias Nascimento (1980), Renato Ortiz (1990), Joel Rufino dos Santos (1995), João Carlos Nogueira (2000), Nilma Lima Gomes (2004), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1985), Walter Silvério (2005), foram escolhidos, como referência mais direta, aqueles que refletem, em suas análises, aspectos relacionados à inserção do negro na educação e no

mercado de trabalho. Os autores citados pontuam de certa forma a lenta integração e o começo da ascensão do negro no seio da sociedade de classes.

Florestan Fernandes (1955), ao estudar as relações raciais em São Paulo, marcadas pelo preconceito e discriminação, afirma que é preciso reeducar os negros, fazê-los compreender os novos padrões e idéias de homem, criados pelo trabalho livre e as dificuldades de sua inclusão na nova estrutura social. O pesquisador é autor de uma das idéias-chave para a descrição do racismo brasileiro. Para ele, o brasileiro tem preconceitos contra pobres, mulheres, nordestinos e homossexuais, todavia afirma não existir preconceito declarado em relação à raça e à cor no Brasil.

Em meio a indagações sobre as causas de um preconceito não declarado, encontramos as considerações de Florestan Fernandes em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. De acordo com o autor, a explicação é a de que o mito da democracia racial acabou por gerar um-preconceito de ter preconceito-, por isso, publicamente, coloca-se simplesmente um desejo de adequação à identidade nacional de democracia racial, mas na prática ainda se avolumam os atos racistas. (FERNANDES, 1972, p.23-26)

Por outro lado, a definição de FERNANDES (1978 b) categoriza esses grupos raciais enquanto ação deliberada da luta pela igualdade econômica e social da população negra, uma vez que em suas análises justifica a existência deste tipo de organização como decorrência das transformações históricas que, segundo ele, não afetaram a ordenação das relações raciais e, sob essa condição, o negro não conseguiu se adequar à sociedade de classes, ficando excluído das bases materiais, jurídicas, políticas e morais do novo regime, e por isso está se mobilizando.

No Brasil, há bem pouco tempo, os indícios de preconceito étnicos e de discriminação racial negavam imaginar que propostas de Ações Afirmativas pudessem ser possíveis.

O fato de as recentes pesquisas na educação apontarem para um número cada vez maior de estudantes negros na Educação Básica – nos Ensinos Fundamental e Médio – surpreende-nos, uma vez que, nas universidades, o número de jovens negros chega a ser insignificante. Reconhecemos que há uma luta, principalmente dos movimentos negros urbanos, a fim de inserir o negro na

educação, na trajetória do conhecimento científico, mas ainda é pouco. Assim também enxerga Gonçalves (2000). Vejamos:

Dessas construções, nós negros, participamos gradativamente. Enquanto militantes essa participação tem sido evidente. Estamos à frente de todas as iniciativas de combate ao racismo. Já enquanto produtores de conhecimento, a nossa participação tem sido prejudicada em função de fortes barreiras, principalmente no que tange ao Ensino Superior e à pesquisa acadêmica. (p. 17)

Outro aspecto a ser considerado no presente estudo é o panorama educacional em que estão inseridos os jovens brasileiros sejam negros ou não. As escolas têm recorrido a relatos de tortura e humilhação durante o período de escravização do negro no Brasil para ensinar História do Brasil. Vale ressaltar que o conhecimento histórico é fundamental na construção das igualdades sociais. Porém o que se observa neste cenário é o reforço das diferenças. A mídia exerce influência no destaque das diferenças apontadas nas escolas. A novela de época, baseada na obra de Bernardo Guimarães, e adaptada para televisão – *Escrava Isaura* –, dá um destaque maior para as cenas de tortura e humilhação dos negros.

A historiografia oficial revela, por meio da consulta aos documentos como os antigos Guias Curriculares, o que aprendemos com os professores em suas aulas de História do Brasil e sem a menor sensibilidade para considerar o constrangimento causado aos estudantes negros.

Especialistas em educação infantil vêem hoje com reservas alguns dos valores transmitidos pela literatura infantil de Lobato, especialmente no tratamento dado à negra e serviçal, Nastácia. A pesquisadora Marisa Lajolo, contudo, lembra que esse tratamento é contraditório. Em algumas situações a negra é tratada de forma carinhosa e até paternalista pelos membros da família, enquanto em outras é discriminada e maltratada, como ocorre freqüentemente em diálogos com a boneca Emília:

Vejamos abaixo um trecho extraído da obra de Monteiro Lobato:

Cale a boca! (...) Você só entende de cebolas e alhos e vinagres e toicinhos. Está claro que não poderia nunca ter visto fada porque elas não aparecem para gente preta. Eu se fosse

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Peter Pan, enganava Wendy dizendo que uma fada morre sempre que vê uma negra beijada...
 Mais respeito com os velhos, Emília! Advertiu Dona Benta. Não quero que trate Nastácia desse modo. Todos aqui sabem que ela é preta só por fora. (1993. p.13)

A autora acrescenta ainda que, no livro *Histórias de Tia Nastácia*, ocupando um papel privilegiado por ser a narradora das histórias, Nastácia representa apenas o mundo da cultura oral, não letrado e sem prestígio social.

Para contextualizar a questão atual do negro e a educação, recorreremos aos estudos de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim-Pinto (2005), denominado *Negro e Educação*. Nesse estudo, Gonçalves e Silva entendem que para viabilizar a emancipação das classes populares, torna-se imprescindível falar de multiculturalismo, ou seja, tratar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam a discriminação e os preconceitos nas sociedades em que vivem. (Silva e Pahim-Pinto, 2005, p.11)

A trajetória da população negra, do ponto de vista histórico, social, político e educacional, aponta para uma condição de *nenhum lugar como cidadão*. Essa realidade ainda se encontra presente, porque as evidências históricas revelam que mesmo após a abolição dos escravos, não houve, na vida do negro, uma inclusão econômica e plena, no entanto, observamos um binômio de exclusão que se deve ao preconceito racial e à discriminação social. Silva nos esclarece de que forma se dá a trajetória do negro na educação.

Vejamos um trecho extraído de *Escola, Identidades, Cultura e Políticas Públicas*:

Todas as vezes que se inicia qualquer reflexão sobre escolarização dos negros no Brasil, o ponto de partida é o irremediável lugar-comum da denúncia. Em outros termos, o presente, com todas as suas injustiças e mazelas, se afigura como única dimensão histórica do problema. O passado, quando aparece, serve apenas para confirmar tudo aquilo que o presente nos comunica tão vivamente. (2005 p.134)

Salientando sobre o abandono ao qual foi relegada a população negra no

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

passado, a autora sugere que hoje as soluções sejam rápidas para que o preço não seja tão oneroso para a sociedade.

Quando saímos do século XIX e adentramos o século XX, deparamo-nos com o abandono a que foi relegada à população negra. A maior parte dos estudos retrata a situação dos negros nas áreas urbanas, no período em que algumas cidades do país iniciam rápido processo de modernização. Mudanças bruscas de valores, associadas a profundas transformações no mercado de trabalho, exigiam, da parte dos diferentes segmentos sociais, a criação de novas formas organizacionais, por adoção de novos dispositivos psicossociais, que os ajudassem a se inserir na sociedade moderna. (Silva; Pahim-Pinto, 2005, p.140)

E é justamente uma mudança brusca de valores na sociedade que vai de maneira pioneira exigir, da parte dos diferentes segmentos da sociedade, a criação de novas formas de organização e de adoção de novos dispositivos psicossociais, a fim de inserir os estudantes negros no atual sistema de educação, bem como no mercado de trabalho.

E aqui é necessário levantar mais um questionamento, diretamente relacionado com os demais apresentados neste estudo: De que forma o atual Sistema Educacional Brasileiro trata dos mecanismos de inserção do negro tanto na educação quanto no mercado de trabalho? No horizonte das respostas possíveis, certamente não estão a utilização e o aproveitamento dos instrumentos fornecidos por aqueles que são os mediadores do conhecimento.

Segundo Gonçalves e Pinto, em *Negro e Educação*, os debates sobre os negros e a educação aumentaram em 1988, com o Centenário da Abolição. Desenvolveram-se, nas diferentes regiões e estados, múltiplos eventos que punham em discussão a problemática da educação dos negros. Dentre eles, os autores destacam o Encontro do Movimento Negro do Sul e Sudeste, no Rio de Janeiro, mais especificamente na Baixada Fluminense. Ali se discutiram, de forma muito articulada, as relações entre os integrantes dessa população afro-descendentes. Os militantes encaminharam propostas visando à capacitação profissional, que deveriam ser levadas para discussões em sindicatos, entendendo-se que esses funcionariam como agência educativa de formação de trabalhadores (Gonçalves; Pahim-Pinto, 2005, p.138).

Ribeiro (2000) mostra em sua pesquisa de mestrado que, em Uberlândia, historicamente falando, o movimento negro sempre se preocupou com a educação. Segundo a autora, alguns estudos realizados nos anos 20 e 30, época tida pelas lideranças dessas organizações como tempo em que se combateu, entre outras coisas, a situação de inferioridade e de miséria em que se encontrava a maioria da população negra e que, além disto, passa a reivindicar timidamente uma identidade étnica, colocando em questão a não-integração do negro na sociedade brasileira e sua localização nos patamares inferiores da estrutura social.

O direito à educação tem sido uma grande luta dos movimentos sociais e na trajetória da população negra no Brasil, destacando-se como uma das principais reivindicações das ações afirmativas.

Nesse sentido, Gomes (2003) argumenta que as ações afirmativas podem ser compreendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de cunho compulsório, facultativo ou voluntário que tem por objetivo a correção referente às desigualdades historicamente impostas aos vários grupos sociais e / ou étnico / raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Essas políticas possuem um caráter emergencial e transitório, pois sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que as originou.

De fato, é ínfima a parcela da população negra que consegue chegar aos cursos superiores, assim, faz-se necessário a implementações de políticas diretamente voltadas para essa modalidade de ensino e conseqüentemente para a pós-graduação, com intuito de garantir a esse segmento o seu acesso e a sua permanência nas universidades.

A constatação da dinâmica de exclusão e abandono tem levado o Movimento Negro e pesquisadores à busca de uma política semelhante à dos Estados Unidos, já citada anteriormente neste estudo. Vale retomar aqui outro aspecto abordado na entrevista de John Franklin Hope ao Programa *Roda Viva* na Rede Cultura de Televisão sobre as correções das desigualdades que operam mediante mecanismos de discriminação racial. Os movimentos sociais nem sempre conseguiram intervir nas políticas internas do Sistema Educacional Brasileiro. Dessa forma, urge elaborar iniciativas pautadas nesta mesma direção, dentro das

universidades, a fim de dar continuidade ao projeto iniciado pelos movimentos sociais.

O período compreendido entre final dos anos 70 e início dos anos 80 marcou uma nova fase no processo de mobilizações das populações negras brasileiras, as quais passam a reivindicar medidas no sentido de rever a situação do negro na sociedade brasileira, denunciando as discriminações a que era submetido e combatendo o mito da democracia racial.

Esclarece, ainda, Pahim-Pinto (2000:4) que o tema educação aparecia, de forma recorrente, tanto na obra de estudiosos brancos quanto na obra dos negros que focalizavam as relações entre as raças no Brasil, o que também se estendia à produção negra militante. Entretanto, a autora observou que o tema educação aparecia de forma subsidiária, geralmente no contexto de análises mais amplas, sem que se tivesse privilegiado o recorte e o enfoque educacional.

Passa, então, a haver no País uma produção mais sistemática de pesquisas sobre “raça” e educação, com ênfase em temáticas como: a mediação da discriminação racial no Sistema Educacional Brasileiro, análises de mecanismos que operam no interior da escola, bem como investigações sobre as trajetórias escolares desiguais entre grupos de negros e de brancos.

Pode-se mesmo dizer que a educação e a diversidade racial têm sido questões freqüentes na mobilização social do negro em nosso país. Convém observar que tal situação se modificou nos anos da década de 1970, quando se observou o crescimento da presença do negro como investigador de sua problemática. Ao assumir uma postura crítica sobre tudo o que se produzia a seu respeito, o negro evocou para si não apenas a reflexão, mas também formas de atuação capazes de reverter sua situação no interior da sociedade brasileira. Sendo assim, passou a denunciar as discriminações a que os negros eram submetidos, enfatizando os prejuízos de que eram vítimas dentro do Sistema Educacional Brasileiro. (Consorte 1991: 89)

Conforme foi salientado por frei David dos Santos recentemente em uma discussão sobre educação, o movimento negro e social tem se articulado há meses com os Deputados estaduais. O governador Cláudio Lembo, após a reunião com os Reitores das Universidades, reuniu-se com todos os líderes dos partidos que

apresentavam Projetos sobre Políticas Públicas de Cotas e / ou Ações Afirmativas tramitando na Assembléia Legislativa.

A EDUCAFRO acredita que tal procedimento por parte de autoridades governamentais possa intervir no processo de inclusão de um número maior de negros nas universidades brasileiras já para 2007.

Convém ressaltar que a EDUCAFRO não defende que o único modelo seja a reserva de vagas ou cotas – sociais e raciais. Defende a diversidade dos métodos de inclusão, tendo como exemplo o sistema da pontuação adicional, desde que sejam eficientes, atingindo o objetivo central. Se nos processos seletivos de ingresso às universidades, em 2007, não forem adotados verdadeiros planos de inclusão, elas serão responsáveis pelas manifestações de insatisfação popular que inevitavelmente virão,, declara o coordenador geral da ONG EDUCAFRO.

Vejam abaixo o discurso do coordenador geral da ONG EDUCAFRO a respeito da Pontuação Adicional :

É um sistema de pontuação adicional, diferenciado por curso, que toma como referência o desempenho dos candidatos da Rede Pública e, conforme a demanda e a presença de pobres em cada curso determina qual índice de acréscimo deve ser adotado em cada grupo de cursos, com vista a atingir uma meta de inclusão.

O frei acredita que, ao programar o método da Pontuação Adicional por meio do “*Argumento de Inclusão*, as universidades darão exemplos de que é possível contribuir com a diversidade e a inclusão sócio-racial”.

Para finalizar este capítulo sobre o Negro e a Educação no Brasil uma Prática seletiva e discriminatória, é importante destacar que, desde a sua criação na década de 1980, a EDUCAFRO tem impulsionado, articulado e auxiliado na implementação de Ações Afirmativas em universidades públicas brasileiras. Paralelamente, vem desenvolvendo procedimentos metodológicos a fim de melhorar a qualidade de ensino para os alunos do Ensino Médio nos Cursos Pré-vestibulares por eles criados. Com este seu trabalho, considerado por diversos estudiosos como solidário e voluntário, a entidade tem congregado, preferencialmente no Estado de São Paulo, 184 núcleos de pré-vestibulares comunitários para afro-descendentes e

estudantes carentes.

Discutiremos a seguir a visão Paulo Freire sobre a Educação.

1.2. A visão de Paulo Freire sobre a educação cidadã

A concepção de educação cidadã aparece nas discussões do educador Paulo Freire a respeito do ato de educar. Assim, consideramos pertinentes as análises realizadas no presente estudo. O principal objetivo da ONG EDUCAFRO é colocar em prática as concepções da *Pedagogia do Oprimido* (1983) e a *Educação como Prática da Liberdade* (1985). As duas obras, portanto, são usadas no direcionamento dos projetos desenvolvidos na ONG. Segundo Freire, educar neste sistema de ensino implica problematizar as situações da vida e do cotidiano, focar os dilemas éticos e morais do nosso tempo e espaço; organizar ações, estudos e iniciativas, dialogar com grupos de identidades diversas, extrapolando a idéia reducionista a transmissão de supostas "verdades".

Desse modo, analisamos que o estabelecimento de relações entre práticas, teorias críticas educacionais e o pensamento freiriano colabora para melhor compreensão da educação como mecanismo de emancipação social.

As reflexões apontadas por Paulo Freire destacam o diálogo e a educação como um ato político. Dentro desse contexto, os cursos pré-vestibulares comunitários, providos pela ONG EDUCAFRO, além de prepararem os alunos para os exames de vestibulares, possibilitam outras ações, tais como debates e palestras sobre a condição do negro, inclusão digital e a socialização de idéias que, geradas no grupo, ajudam no fortalecimento de sua auto-estima. Observamos ainda que o ato político só possa ser evidenciado por meio de práticas políticas coerentes com a opção dos sujeitos sociais envolvidos no processo de transformação social. Freire afirma que o ponto de partida para essa prática compreensiva é saber, é estar convencido de que a educação é uma prática política. (op.cit, p.92)

Vejamos como Paulo Freire manifesta a sua preocupação com a inserção de todos os cidadãos na educação:

Não junto minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos,

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da justa ira dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas. (p.113)

O pensamento freiriano é produto existencial e histórico fundado na luta e na práxis, entendido como ação reflexão e ação transformadora. Seu pensamento prioriza a dialogicidade do ser humano. Assim, concebe-se a educação como premissa básica de inserção social, de modo que se exija um re-significar da função social da educação escolar. Uma vez que a escola estabelece a posição de mediadora dos cidadãos, cabe a ela o papel de capacitá-los para lidar com os diversos setores da sociedade, sobretudo o mercado de trabalho. É justamente nesse cenário que justificamos as ações implementadas pela ONG EDUCAFRO com o intuito de levar uma educação de qualidade àqueles que desejam ingressar nas universidades.

Freire enfatiza sempre a capacidade de o homem agir e refletir sobre o seu mundo, o seu tempo, ou seja, ser capaz de praticar um ato comprometido com a sua história de luta.

O homem precisa, ao estar inserido no mundo, saber quais são as condições dessa inserção.

Vejamos como Paulo Freire descreve a inserção do cidadão no mundo:

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de distanciar-se dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. (p.17)

As lições que ficaram por meio da leitura das obras de Paulo Freire podem ser utilizadas na construção de uma nova prática pedagógica. Em *Pedagogia da autonomia – Saber necessário à prática educativa (1996)*, o autor discute saberes de grande relevância para a prática educativa de educadores que almejam auxiliar seus alunos de forma efetiva. É por meio desses saberes que consideramos a fundamentação necessária para o estudo da ONG EDUCAFRO. Vale ressaltar que

as considerações de Paulo Freire são essenciais para este estudo, porque estão centradas numa pedagogia crítico-libertária, além de constituírem um modelo para o trabalho educativo progressista e comprometido com a autonomia, com a auto-organização e com o desenvolvimento social.

Depois de uma leitura de Paulo Freire, percebemos e acentuamos no presente estudo a necessidade de uma reflexão sobre os mecanismos que possibilitam a inserção de todos os estudantes nas universidades. Como resultado a tais reflexões por parte dos educadores, surgem as ações transformadoras. Através dessa perspectiva, observamos que todos os envolvidos no processo de educação engajam-se na construção do conhecimento, dessa forma, constatamos que todos ensinam e todos aprendem. Trata-se de um processo criador e re-criador ligados às próprias experiências e origens culturais. Professores e alunos criam conhecimento por meio do diálogo.

Paulo Freire (1996) destaca ainda que o diálogo é uma exigência existencial. O diálogo, como enfatiza o autor, é imprescindível na luta por uma educação verdadeira. É um compromisso com o outro e implica no reconhecimento desse outro, e é esse reconhecimento que permite ao educador e educando mostrarem-se autenticamente, com mais transparência, mais críticos, cada um defendendo o seu ponto de vista, e apresentando outras possibilidades, outras opções, enquanto ensina ou enquanto aprende.

Vejamos no trecho a seguir a maneira com o autor concebe as diferenças no processo educativo.

A dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo no respeito a elas, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.(p. 67)

Paralelamente à competência e ao comprometimento profissional, há ainda que se destacar, tal como defende o autor, a necessidade do educador viver intensamente suas práticas educativas, que será favorecida também, por meio da coerência de suas atitudes e de seus valores.

Assim, fica evidente o papel eminentemente político do profissional da educação, conforme reflete Freire (1993:73), quando diz que a força do educador democrata está na sua coerência exemplar, pois é ela que sustenta sua autoridade. O educador que diz uma coisa e faz outra, eticamente irresponsável, não é só ineficaz, mas tem uma atitude prejudicial a todo processo.

É dentro deste cenário que a escola precisa atuar, uma vez que aponta novos desafios aos educadores. Freire destaca com especial atenção a necessidade de uma ética para a diversidade. Assim, numa sociedade com tantas diversidades culturais, deve-se educar o ser humano para que esse seja capaz de ouvir, de prestar atenção ao diferente, de despertar sensações, sentimentos e respeito.

Vejamos abaixo como o autor lida com a necessidade de respeito às diferenças:

A necessidade do respeito à nossa sociedade, o respeito à coisa pública, o respeito aos professores e aos alunos. Não podemos falar aos alunos da boniteza do processo de conhecer se sua sala de aula está sendo invadida de água, se o vento frio entra decidido e malvado sala a dentro e corta seus corpos pouco abrigados. (p. 45)

É certo que o respeito às diferenças é condição indispensável no processo educacional quando se almeja de forma efetiva uma sociedade democrática. Só assim, pode-se falar em princípios e valores.

A natureza de uma formação ética na educação é um conceito que desempenha papel fundamental no conjunto das obras de Paulo Freire, funcionando como célula geradora dos diversos aspectos que singularizam e mantêm vivo o pensamento desse educador.

O ato de educar é, sobretudo, ético e político. Vejamos no trecho abaixo o conceito de ética na educação, segundo Paulo Freire:

Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educados não podem, na verdade, escapar à rigurosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética da qual falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro (...) falo da ética universal dos seres humanos, que condena o cinismo, que

condena a exploração da força de trabalho do ser humano.
(p.16-17)

Observamos que ele faz críticas severas à falta de ética quando os homens levam em conta apenas interesses próprios. As suas idéias pedagógicas fundamentam-se no fato de que o ser humano é problema para si mesmo, sendo concebido como seres inacabados. Percebem que não sabem tudo e é dessa forma que buscam o saber.

Vale destacar que, para Paulo Freire, a busca do novo não significa o abandono total do velho: o movimento em direção ao novo poderia ser feito, resgatando os aspectos positivos do velho e, para que isso seja fecundo, não basta só a ação de mudança isolada.

Essa ação será acompanhada com a intencionalidade, com o querer, ou seja, com a vontade do querer fazer, querer superar a finalidade do sistema educacional. Se o que queremos é uma educação que atenda os interesses dos cidadãos, devemos estar atentos aos mecanismos que permitem aos cidadãos não apenas ampliar e solidificar seus conhecimentos, mas também transferi-los para outros setores da sociedade.

Em resumo, as reflexões de Paulo Freire sobre educação para cidadania concebem a ética como um princípio constitutivo da educação e a condição do sentido do conhecimento. Cabe lembrar aqui a relevância dos temas abordados no presente estudo com referências às citações de Paulo Freire, pois tratam das questões que possibilitam o funcionamento dos mecanismos de inclusão social, bem como os que regem os projetos da ONG EDUCAFRO.

O próximo capítulo traz a trajetória histórica das ONGs e, em particular, a ONG EDUCAFRO.

CAPÍTULO II

O SURGIMENTO DAS ONGs

2.1. Histórico

Nesse capítulo, tratamos brevemente da trajetória das organizações não-governamentais e, em especial, da ONG EDUCAFRO, cujo objetivo está comprometido com o exercício da cidadania. Para proceder à pesquisa da história do surgimento das organizações não-governamentais, recorreremos aos estudos de Maria da Glória Gohn (1991).

Segundo Gohn (1991: 7), as organizações não-governamentais caracterizam-se como um grupo de pessoas que se organiza, na defesa dos direitos, em organizações privadas sem fins lucrativos. Essas entidades surgiram, no país na década de 70, sintonizadas com os objetivos e a dinâmica dos movimentos sociais, como um projeto político de fortalecimento da sociedade civil e de defesa dos direitos sociais, enfatizando os trabalhos de educação popular.

As organizações não-governamentais são hoje um total de 40.000 no mundo, das quais, aproximadamente, 1.000 estão no Brasil. Do ponto de vista jurídico, o termo ONG não se aplica. A legislação brasileira prevê apenas dois formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos; portanto, toda organização da sociedade civil é uma associação sem fins lucrativos ou uma fundação privada. Ou seja, ONG é uma organização privada não-lucrativa.

Verificamos que nem toda organização privada não-lucrativa é uma ONG. Há vários tipos de organizações privadas e sem fins lucrativos: clubes, hospitais privados, sindicatos, movimentos sociais, universidade, cooperativas, entidades ecumênicas e assistencialistas, fundações empresariais, associações civis de benefício mútuo etc. Essas entidades, por sua vez, têm objetivos e atuações bastante distintos, às vezes, até opostos.

Segundo Gohn (1991: 31), em âmbito mundial, a expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês: No Governmental Organizations (NGOS) para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram

estabelecidas por acordos governamentais. A expressão no Brasil era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiu, em grande parte, nas décadas de 1970 e 1980, apoiando movimentos sociais e organizações populares e de base comunitária, com diversos objetivos: promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela terra.

Gohn (1991: 7) destaca a valorização do trabalho voluntário, a renovação do poder local e da interação Estado e Sociedade civil, chamando a atenção para o movimento antiglobalização, que não existiria sem a atuação das ONGs. Para a pesquisadora, a educação tem sido proclamada como uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na era da informação.

As organizações não-governamentais são agentes promotores de inclusão social. A parceria com as políticas públicas, assim como o investimento na formação de lideranças de grupos e não de indivíduos foram apontados pela autora como um dos principais desafios para essas entidades atualmente.

Convém lembrar, de acordo com os estudos de Gohn (2001), que as ONGs têm muitas vezes uma produção de conhecimento maior que alguns centros universitários, constituindo-se como verdadeiros laboratórios experimentais. Isso traz a necessidade de se recrutar mão-de-obra qualificada e, em conseqüência, um novo problema em relação à sua sustentabilidade.

Constatamos assim que a sustentabilidade das ONGs, como explica Gohn, refere-se à remuneração adequada para qualidade exigida dessa mão-de-obra.

O termo ONG, sigla e expressão, é utilizado como um conceito bastante flexível, permitindo incluir associações de natureza e fins muito diversos, basta que para tanto se autodenominem de não-governamentais e sem fins lucrativos. Gohn (2001) ressalta que os efeitos da crise da economia globalizada, ou seja, a rapidez com que as mudanças na era da informação levaram a questão social para o primeiro plano e, com ela, o processo da exclusão social, que já não se limita à categoria das camadas populares, historicamente excluídas de condições dignas de renda, salário, saúde, educação, moradia, transporte etc. As áreas da Saúde, Educação e os Setores da Informação e Comunicação em geral são os pontos

nevrálgicos de geração de descontentamentos e protestos no novo modo de desenvolvimento baseado na lógica mercantil e tecnocrática global.

Gohn (1991: 25) ao estudar os temas identificados como direitos humanos, ideologias nacionais e religiosas, feminismo, ecologia, bem como movimentos da sociedade civil pela democratização e diversos padrões de organização urbana e rural de grupos sociais oprimidos, constata uma mudança no quadro interpretativo clássico das lutas.

Segundo Gohn (1991: 25), essas novas análises não levaram em conta as mudanças nas plataformas políticas e ideológicas dos sujeitos coletivos, dos partidos políticos e sindicatos, tanto nos países centrais como nos periféricos, e desconhecaram a reestruturação produtiva e a instauração de uma nova ordem internacional que projeta em outro plano as lutas e conflitos sociais.

Vale ressaltar, conforme as observações de Gohn, que as mudanças na conjuntura política, no início da década de 1980, despertaram um grande entusiasmo dos pesquisadores pela temática dos novos movimentos sociais, pelo seu caráter inovador, de forma que este entusiasmo confundiu por vezes a questão do novo com a novidade que os movimentos traziam à tona. (Gohn, 1991: 25)

Verificamos que o conceito de novo parece ser o grande divisor nesse contexto histórico. Para tanto, analisamos o que argumenta Gohn (1991:27), quando afirma que as emergências desses novos estudos demarcaram duas novidades, a saber: uma nova concepção para o novo e uma nova divisão paradigmática. O novo passou a ser referência aos movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência cotidiana. Os novos movimentos, como o ecológico ou os movimentos feministas, por exemplo, referem-se a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelam para a igualdade e para a liberdade nas relações de raça, gênero e sexo.

A autora aponta um aspecto de extrema relevância nesse presente estudo. Segundo Gohn (1991: 30), no novo cenário, as lutas sociais relevantes serão pela inclusão social de setores que antes eram excluídos da sociedade, por estarem em desigualdade socioeconômica e que agora estão excluídos também por suas desigualdades socioculturais, dadas pelo Sistema Educacional, pela raça, etnia, sexo etc.

Contudo, observamos que a tarefa para as mudanças necessárias parece não ser simples. Vejamos o que diz Gohn (1997: 27):

Tudo depende da correlação de forças políticas ao redor daqueles que coordenam tais políticas e do aproveitamento, por parte dos atores sociais envolvidos no processo de gestão, da estrutura de oportunidades políticas que a conjuntura mais ampla do país desenha. E quem passa a gerenciar estas políticas?.

Para Gohn (1991:12), a educação ganha importância na era da globalização, porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e por informação. Entretanto, a diferença entre hoje e ontem não é apenas quanto ao aumento da demanda, mas quanto à qualidade e ao tipo de educação a ser oferecida. Antes, a sociedade ocidental estava assentada em um modelo de progresso contínuo e evolutivo de uma cultura universal, ainda que predominantemente branca e europeia.

Gohn (2003: 60) ressalta que se coloquem a diversidade histórica, cultural e o reconhecimento do outro como metas na formação dos cidadãos. Antes os indivíduos eram preparados para ocupar postos no mercado de trabalho, em um sistema que previa a seguridade social. Hoje eles devem se preparar para enfrentar a vida e para sobreviver trabalhando por um período mais longo, pois o sistema de aposentadorias está em crise. A educação ganha também centralidade nos discursos e políticas sociais porque competirá a ela ser um instrumento de democratização, em um mercado de escolhas e oportunidades. À escola, assim como à cidade, é atribuído o espaço para o exercício da democracia, de conquista de direitos, da mesma forma que a fábrica foi o espaço de luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores.

Gohn considera que o modelo atual difere do implantado no século XX, pois está centrado nos cidadãos como atores sociais, e não apenas como produtores ou consumidores de bens e mercadorias.

Vejamos o que diz Gohn com relação à escola ser vista como instituição promotora de mecanismos de inclusão social.

Trabalhamos com uma perspectiva que aborda a Educação

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

como promotora de mecanismos de inclusão social, que promove o acesso aos direitos de cidadania. Trata-se de uma concepção ampliada, que alarga os domínios da Educação para além dos muros escolares e que resgata alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como, por exemplo, o de civilidade. (p. 65)

Porém observamos que os alunos, oriundos da população de baixa renda coincidentemente, também são negros e estudaram em escolas cujos professores, também não são preparados para lidar com a problemática racial em sala de aula. Os alunos, por conta de um ensino de baixa qualidade, não são bem-sucedidos nos processos seletivos para ingresso às universidades. Assim verificamos que a escola não exerceu a sua tarefa de inclusão social e também não alargou os domínios da cidadania, mas age como se tivesse promovido os mecanismos de inclusão. Mediante a situação que o Sistema Oficial de Ensino oferece, resta-nos questionar mais uma vez Como minimizar o problema dos jovens inseridos neste quadro? Reiteramos que a ONG EDUCADRO vem desenvolvendo já há alguns anos mecanismos que tratam da inclusão social visando facilitar a inserção dessa população menos favorecida. Destacamos, sobretudo, neste estudo a sua atuação no que diz respeito à aquisição de cotas para a população afro-descendente e carente nas Universidades Públicas e Particulares.

Examinamos até agora a trajetória histórica e social das organizações governamentais. De modo que constatamos por meio das leituras realizadas, certos aspectos constitutivos dessas entidades por meio das reflexões de Maria da Glória Gohn. Vale lembrar que dentre muitos aspectos da obra dessa autora, que consideramos importantes, ressaltamos a necessidade de se colocar a diversidade histórica e cultural e o reconhecimento do outro como metas na formação dos cidadãos.

2.2. A trajetória histórica da EDUCAFRO

O início do século XXI no Brasil é marcado, na cena do debate político, pela

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

emergência da discussão sobre as desigualdades raciais, associadas à necessidade de implementar políticas públicas, assim como às iniciativas de todos os segmentos da sociedade, voltadas para sua reversão, chamadas de Ações Afirmativas. A emergência da verdade é tão imprescindível que representa a massificação dos debates e o apoio do coordenador geral da ONG EDUCAFRO, David dos Santos, por meio da disponibilização dos documentos sobre a trajetória dessa entidade, foi essencial para a organização deste item. Ele esclarece que críticas do “mito das democracias raciais” que até pouco tempo ficavam circunscritos aos restritos círculos dos Movimentos negros e de uma fração absurdamente minoritária da comunidade acadêmica diretamente ligada ao tema. O encontro de tão sofisticadas elaborações de intelectuais com uma “consciência racial difusa” dos negros brasileiros constitui um complexo conjunto de leituras e padrões, segundo o autor “pouco estudados”, sobre o comportamento e a reação aos conflitos raciais cotidianos de nosso tecido social.

No calor das discussões que se instauraram, de acordo com o coordenador da ONG EDUCAFRO, , chama a atenção, também, para a evidência de que a conscientização da sociedade em torno das injustiças históricas e da violência cotidiana de que são alvos os afro-descendentes, o racismo se fortalece. De fato é o que constatamos quando observamos a luta da população negra contra o preconceito e a discriminação.

Frei David dos Santos (2006) conta que a idéia de se criar um pré-vestibular para negros nasceu na Bahia, considerada, segundo ele, a periferia do poder negro no Brasil, e consolidou-se a partir das reflexões das entidades negras, como instrumento de conscientização, articulação e apoio à juventude negra da periferia de Salvador. A metodologia adotada na Bahia dificultava a repetição da experiência por outros setores populares: os professores recebiam salários, os alunos pagavam quase meio salário mínimo por mês e o espaço físico era alugado.

Em suma, a organização, adotada primeiramente na Bahia, primava na contramão ideológica, como a EDUCAFRO que também busca a sua essência na mística de Zumbi, chefe do Quilombo dos Palmares, que resistiu bravamente aos portugueses e aos holandeses, transformou-se em símbolo da resistência negra, sendo reconhecido como herói nacional brasileiro em 1995.

Carvalho (2005: 9) em seus estudos sobre a temática do negro na educação soube observar que a caminhada iniciada em 1993, quando em parceria com o frei David, desencadeia um processo de inclusão na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em prol de pré-vestibulandos de incipientes cursos comunitários em São João de Meriti e Duque de Caxias.

Instituída desde 1997, no Rio de Janeiro, a EDUCAFRO –Educação e Cidadania para afro-descendentes e carentes – conta hoje com a participação de 226 núcleos somente no Estado de São Paulo. O projeto também abrange os Estados da Bahia e de Minas Gerais. O núcleo paulista escolhido para realizar esse estudo está localizado na Grande São Paulo. A entidade foi idealizada em 1989, na Baixada Fluminense, nas reuniões da Pastoral do Negro. A grande questão era como provocar uma revolução educacional que potencializasse o ingresso dos pobres em geral e dos afro-descendentes em universidades. (Frei Davi - Entrevista n° 1, 2006)

Em princípio, o projeto surgiu do grupo de padres franciscanos – SEFRAS –, com o intuito de incluir, no sistema social vigente, jovens negros e carentes que antes do projeto não se imaginavam inseridos em Universidades Particulares ou Públicas, por inúmeros motivos. Entre eles, destacamos a falta de oportunidade, porque a impossibilidade de estudo faz parte da realidade desses jovens que têm condição de vida precária, devido à questão econômica, ou seja, os menos favorecidos economicamente têm baixo nível de escolaridade. Esta iniciativa dos SEFRAS criou uma perspectiva para aqueles alunos que antes não sonhavam com essa possibilidade.

No Estado de São Paulo, o projeto teve seu início com apenas um núcleo localizado à Rua Riachuelo, na Praça da Sé em 1997. Após o ingresso dos primeiros jovens nas universidades, o projeto deslanchou e se expandiu em todo o Estado. Cada jovem que foi beneficiado por meio do espaço conquistado nas universidades, retorna para o projeto mais bem preparado e em condições de contribuir para que outros jovens tenham as mesmas oportunidades.

Os núcleos são de fato organizações não-governamentais, assim são implantados em diferentes espaços públicos e funcionam, de segunda a sábado, das 8 às 19 horas. Os professores são voluntários, recebendo apenas um auxílio para a

condução, e os coordenadores do projeto também são ex-alunos voluntários. Nesse horário, os alunos assistem às aulas das disciplinas curriculares requisitadas nos processos seletivos e, também, as aulas instituídas como diferencial extracurricular, que abordam a temática Ética e Cidadania.

Vejamos a seguir a descrição de cidadania por meio dos conceitos organizados em apostilas elaboradas pela equipe técnica da ONG EDUCAFRO: "A cidadania é um conceito muito presente nos discursos das lutas populares, ações coletivas, práticas e propostas educativas". É também um conceito presente em diversas abordagens sobre educação.

Historicamente, as abordagens educativas dos movimentos sociais apresentam a cidadania como categorias centrais e um dos seus princípios fundamentais. Seja na luta pelo direito à educação formal, seja na inclusão, em sua prática interna, de uma dinâmica de estudos que têm como objetivo a formação de quadros para a organização popular, seja nas reivindicações de grupos sociais discriminados: negros, mulheres, homossexuais, entre outros, como também. por um lugar no currículo escolar, seja na luta pelo acesso à educação, ou na simples consideração de que os movimentos sociais são por si próprios educadores da sociedade e formadores de cidadãos, o conceito de cidadania aparece como uma categoria de fundamental importância.

O objetivo geral da EDUCAFRO é reunir pessoas voluntárias, solidárias, beneficiárias e conscientes da cidadania como uma das essências principais desta causa: a luta pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas Universidades Públicas, prioritariamente, ou em uma Universidade Particular com bolsa de estudos.

Destacamos abaixo as metas que a EDUCAFRO julga significativas para o cumprimento de sua proposta:

- Proporcionar surgimento de novas lideranças e cidadãos conscientes nas comunidades e nas universidades.
- Formação cidadã e acadêmica por intermédio de aulas de professores voluntários nos cursinhos comunitários.
- Apresentação de propostas de políticas públicas e ações afirmativas aos poderes executivos, legislativo e judiciário.

- Presença de responsabilidade e autonomia no cidadão, a fim de que supere as dificuldades e seja o protagonista de sua história.
- Valorização da organização de grupos sociais na periferia como instrumento de transformação social e pressão junto ao Estado.

Ao analisar as metas, fica claro que a questão fundamental é a de formar conhecimentos para os alunos que buscam na ONG EDUCAFRO, suprir a defasagem que a escola pública deixou para que eles possam concorrer em nível de igualdade com os alunos de extratos sociais mais elevados.

No próximo capítulo, discutiremos e apresentaremos a metodologia de ensino que a EDUCAFRO adotou.

CAPÍTULO III

ELEMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAFRO

3. 1 A EDUCAFRO e sua proposta pedagógica

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir a metodologia de ensino adotada pela EDUCAFRO, bem como as práticas de atuação dos coordenadores nos Núcleos pelos quais são responsáveis. É importante salientar que, na primeira fase deste estudo, passamos por um período exploratório para o exame de qualificação que subsidiaram a continuidade deste estudo. A presente pesquisa teve o apoio para a realização das entrevistas de professores e coordenadores de núcleo, todos voluntários. Constatamos durante as entrevistas as motivações desses, bem como as expectativas direcionadas aos jovens que chegam a essa instituição para receber auxílio com a colaboração de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Em seus relatos, evidenciaram o caso de uma aluna do curso, que havia acabado de conseguir uma bolsa de estudos, salientando que sua motivação principal era ingressar no Ensino Superior, uma vez que a graduação aumentaria suas oportunidades no mercado de trabalho.

Realizamos, também, uma entrevista com frei David dos Santos, coordenador geral da EDUCAFRO, em 6 de junho de 2006, no Núcleo CEU Meninos.

A sede geral da EDUCAFRO apresenta a seguinte estrutura:

Assembléia Geral – Todos os membros de todos os núcleos participam com direito a voz e voto. Na assembléia geral, são debatidos os princípios, as regras e os rumos do movimento.

Conselhos Gerais – Os conselhos são compostos por dois membros de cada núcleo com direito a voz e voto que agem como articuladores e executores das propostas aprovadas em Assembléias.

Secretaria Geral – Representa o Movimento junto às instituições sociais, coordena as reuniões do Conselho Geral, mantém organizados os documentos e atas e administra as finanças.

A EDUCAFRO também possui outros órgãos: os grupos de reflexão racial, o jornal do Movimento, as comissões especiais (Negociação de isenções, Negociação de bolsas etc.) e os Seminários de formação.

Os grupos de reflexão têm o papel de produzir análises, propor e organizar atividades de formação e conscientização sobre a educação e as questões raciais. Embora funcionem precariamente, esses grupos têm um papel importante na construção das concepções que presidem as práticas do movimento.

As comissões, assim como a Secretaria Geral, têm o papel de representar o movimento e construir relações com outras instituições sociais, principalmente Universidades, através da negociação.

Nos seminários, realizam-se conferências, palestras, apresentações de trabalhos e debates, visando ao aprofundamento de questões sobre educação, relações raciais, política, sociedade, entre outros. Os seminários representam a tentativa de desenvolver discussões político-ideológicas do Movimento. Como não são instâncias de deliberação, possuem participação menor que as Assembléias e Reuniões do Conselho Geral.

As práticas pedagógicas da EDUCAFRO são desenvolvidas com o intuito de proporcionar aos alunos a apropriação crítica de conhecimentos da história, bem como despertar as pessoas para a necessidade de construção de uma sociedade mais justa. Dessa forma, organizam e resumem, além dos conteúdos trabalhados em aulas, as atas de todas as reuniões. São elas:

Do Conselho Geral, da Assembléia Geral, das Reuniões de Comissões, dos Seminários, dos contatos com Universidades, com outros movimentos sociais e parlamentares. Porém, segundo Nascimento (1999), ainda não se tornou prática do movimento as mobilizações, ocupações e reivindicações de massa.

Observamos que essas práticas quase sempre estão circunscritas às principais lideranças e a pequenos grupos, ainda que elas se apresentem como práticas do movimento, como as negociações de bolsas de estudos com

Universidades Particulares e as ações judiciais melhorar o conhecimento dos alunos são suas principais metas.

Contudo, as ações judiciais, impetradas em 1997 e 1998 por alguns dos participantes da EDUCAFRO, foram importantes para garantir isenções de taxas de vestibular, não só para seus alunos, mas para todos os estudantes solicitantes de isenções.

O Pré-vestibular para negros e carentes, embora constantemente divulgado por meio da mídia e conhecido como uma espécie de **mutirão de educação**, ainda não se tornou um movimento com expressão política. Conforme assinala Nascimento (2005: 143), “como movimento social ainda não conseguiu construir uma identidade”.

Para alguns de seus participantes, o Pré-vestibular para negros e carentes é visto como um projeto da igreja católica e do movimento negro e não como movimento social. Essa é uma visão que dificulta a construção de uma identidade autônoma para o movimento.

Sobre essa autonomia, vejamos o que assinala Nascimento:

Os desafios que o Pré-vestibular para negros e carentes enfrenta de um modo geral, são de duas ordens, para constituir-se como um Movimento Social expressivo. A primeira diz respeito à construção de sua própria autonomia e organização, definindo o papel das suas instâncias, considerando a importância de constituir espaços de deliberações coletivas, espaços de estudos e aprofundamento teórico, espaços de discussões de propostas, estratégias. Outro grande desafio está na instauração de um processo onde se possa discutir um projeto político. (p. 144)

Vejamos a seguir a descrição de cidadania por meio da apostila elaborada pela Equipe da ONG EDUCAFRO:

A cidadania é um conceito muito presente nos discursos das lutas populares, ações coletivas, práticas e propostas educativas. É também um conceito presente em diversas abordagens sobre educação.

Historicamente, as abordagens educativas dos movimentos sociais apresentam a cidadania como categorias centrais e um dos seus princípios fundamentais. Seja na luta pelo direito à educação formal, seja na inclusão, em sua

prática interna, de uma dinâmica de estudos que têm por objetivo a formação de quadros para a organização popular, seja nas reivindicações de grupos sociais discriminados (negros, mulheres, homossexuais, etc.) por um lugar no currículo escolar, seja na luta pelo acesso à educação ou na simples consideração de que os movimentos sociais são, por si próprios, educadores da sociedade e formadores de cidadãos, o conceito de cidadania aparece como uma das categorias de fundamental importância dos projetos coletivos nos diversos núcleos dessa ONG.

Verificamos que os núcleos são autônomos. Porém, registramos uma orientação que é comum em todos eles, identificada com o seguinte título: **Os sete atos**.

O texto “Os sete atos” consta do material didático da EDUCAFRO, de modo que alunos, professores e coordenadores de núcleos tomam conhecimento dos princípios e da filosofia que norteiam o projeto EDUCAFRO por meio dessa ONG. O texto refere-se aos “sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil”. Outro aspecto da análise do material da entidade que nos chamou a atenção é o PROUNI – Programa Universidade Para Todos –, considerado por seus organizadores como a Ação Afirmativa mais efetiva relacionada ao acesso e à permanência na Educação Superior implantada no Brasil, cujo objetivo principal é abrir as portas das Universidades Particulares aos alunos pobres e principalmente à população negra considerada historicamente oprimida. A EDUCAFRO conta com a participação de todos os atores voluntários (Coordenadores e Professores).

Transcrevemos abaixo na íntegra o conteúdo da apostila disponibilizado pelo frei David dos Santos:

“O primeiro tema versa sobre a tomada de consciência dos fatos históricos que marginalizaram socialmente, culturalmente, economicamente e educacionalmente a população negra. Há cerca de 500 anos, o Brasil foi invadido por colonizadores europeus, com o objetivo de promover o seu enriquecimento. Para isso, seria necessário muito trabalho pesado, a solução encontrada foi trazer uma cota da população negra para a oficialização da escravidão no país como política econômica de fortalecimento da colônia portuguesa. Assim, as relações raciais e sociais foram contaminadas e, até hoje, colhemos seus malefícios”.

Com o passar dos anos, nessa fase, vários atos considerados oficiais foram promulgados. Por trás estava o objetivo de beneficiar os senhores de engenho, com as riquezas das terras e o direito de vida e morte sobre os afro-brasileiros. Além desses atos criminosos, havia a intenção da sociedade branca em excluir, marginalizar e afastar o negro do direito à terra, à educação, aos cuidados na infância e na velhice.

Quando a Lei Áurea foi assinada, só 55% da população negra viviam sob o regime de escravidão, os demais tinham conseguido a libertação por meio dos próprios esforços. Podemos dizer, no máximo, que a Lei Áurea serviu como estratégia para dar à população negra o respaldo da libertação com o efeito jurídico. Não teve como preocupação fixar as comunidades negras na terra e garantir as terras nas quais já viviam por direito reconhecido, na época, pela própria lei dos dominantes. Após a promulgação da Lei Áurea, surgiu um movimento que exigia que o governo indenizasse os senhores que haviam perdido seus escravos. Rui Barbosa reagiu dizendo: “Se alguém deve ser indenizado, indenizem os escravos!” Tinha plena consciência das injustiças cometidas pela sociedade contra o povo negro ao longo da escravidão.

Atualmente, na UERJ, devido à política de reserva de cotas para negros, muitos brancos abriram processos na justiça exigindo indenização por meio de outra vaga por “terem perdido” sua vaga para um negro. Quase nada mudou: Trata-se o negro, ainda hoje, como um indivíduo “sem direitos”.

De acordo com a equipe da EDUCAFRO, “os sete atos” oficiais, apresentados a seguir, têm por objetivo principal proporcionar ao aluno um conhecimento até então omitido pela historiografia oficial, além de promover reflexões sobre a importância da luta pelas cotas e por outras políticas de ações afirmativas.

3.2. Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo no Brasil

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

3.2.1. Ato oficial: Implantação da escravidão no Brasil

Através da Bula *Dumas Diversas*, de 16 de junho de 1452, o Papa Nicolau disse ao Rei de Portugal, Afonso V:

Nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa autoridade apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades.

Em 8 de janeiro de 1554, esses poderes foram estendidos aos reis de Espanha. Apoiados nesse documento, os reis de Portugal e Espanha promoveram uma devastação do continente africano, matando e escravizando milhões de habitantes. A África era o único continente do mundo que dominava a tecnologia do ferro e, com essa invasão e massacre promovidos pelos povos europeus, assim como a sua exploração colonizadora, o continente africano ficou com as mãos e os pés amarrados e, dessa forma, permanece até hoje.

O poder colonial usou a Igreja para impor seus interesses escravistas. Cada ser humano, até hoje, tem uma postura política e o poder faz uso dessa postura conforme seus interesses. Outras posições da Igreja contra a escravidão e a favor da população negra não foram seguidas pelo poder colonial. Exemplo: O Papa Urbano VIII, no ano de 1639, no breve "*Comissum Vobis*" afirmava que deveria ser automaticamente expulso da Igreja o católico que escravizasse alguém. Essa ordem do papa não interessava ao poder colonial que fechou os seus ouvidos para esta determinação.

O Papa Leão XIII, em sua Encíclica "*In Plurimis*" dirigida aos bispos brasileiros, em 5 de maio de 1888, transmite-nos a frieza, crueldade e o tamanho do massacre promovido pelos exploradores:

Do testemunho desses últimos resulta, mesmo que o número dos africanos assim vendidos cada ano, à maneira dos rebanhos de animais, não se eleva a menos de quatrocentos mil dos quais cerca da metade, após serem cobertos de

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

pancadas ao longo de um áspero caminho, sucumbem miseravelmente, de tal sorte que os viajores que percorrem aquelas regiões possam quão tristes é dizê-lo, reconhecer o caminho que os destroços de ossadas marcaram.

3.2.2. Ato oficial: Lei Complementar à Constituição de 1824

“...Pela legislação do império, os negros não podiam freqüentar escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas”.

Os poderosos do Brasil sabiam que o acesso ao saber sempre foi uma alavanca de ascensão social, econômica e política de um povo. Com este decreto, os racistas do Brasil encurralaram a população negra nos porões da sociedade. Juridicamente esse decreto agiu até 1889, com a proclamação da República.

Na prática, a intenção do decreto funciona até hoje. E aqui cabe uma pergunta: Por que as escolas localizadas em periferias não recebem o mesmo tratamento qualitativo que as escolas inseridas em bairros considerados nobres?

3.2.3. Ato oficial: Lei de Terras de 1850, nº 601

Quase todo o litoral brasileiro estava povoado por quilombos. Os quilombos eram formados por negros que, por meio de diferentes formas, conquistavam a liberdade. Aceitavam brancos pobres e índios que quisessem somar aquele projeto. Lá eles viviam formas alternativas de organização social, tendo tudo em comum. As sobras de produção eram vendidas aos brancos das vilas. O sistema, percebendo o crescimento do poder econômico do negro e que os brancos do interior estavam perdendo a valiosa mão-de-obra para sua produção, decreta a Lei de Terras. A partir dessa nova lei, as terras só poderiam ser obtidas através de compra. Assim, com a dificuldade de obtenção de terras que seriam vendidas por preço muito alto, o trabalhador livre teria que permanecer nas fazendas, substituindo os escravos.

A partir daí o exército brasileiro passa ter como tarefa, destruir os quilombos, as plantações e levar os negros de volta as fazendas dos brancos.

A Lei de Terras não foi usada contra os imigrantes europeus. Uma considerável parcela de imigrantes recebeu de graça grandes pedaços de terras, sementes e dinheiro. Isso veio provar que a lei de terras tinha um objetivo definido: tirar do negro a possibilidade de crescimento econômico através do trabalho em terras próprias e embranquecer o país com a maciça entrada de europeus.

3.2.4. Ato oficial: Guerra do Paraguai (1864-1870)

Esse ato foi um dos instrumentos usados pelo poder para reduzir a população negra do Brasil. Foi difundido que todos os negros que fossem lutar na guerra, ao retornar, receberiam a liberdade, e aqueles já livres receberiam terra. Além do mais, quando chegava a convocação para o filho do fazendeiro, ele o escondia e, no lugar do filho, enviava de cinco a dez negros. Antes da Guerra do Paraguai, a população negra do Brasil era de 2.500.000 pessoas (45% do total da população brasileira). Depois da guerra, a população negra do Brasil fica reduzida para 1.500.000 pessoas (15% do total da população brasileira).

Durante a guerra, o exército brasileiro colocou o nosso povo negro na frente de combate e foi grande o número dos mortos. Os poucos negros que sobraram vivos eram os que sabiam manejar as armas do exército. Caxias escreve para o Imperador demonstrando temor sobre esse fato:

...à sombra dessa guerra, nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade, e tenha lugar uma guerra interna como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil e desaparece dele a escassa e diminuta parte branca que há! .

3.2.5. Ato oficial: Lei do Ventre Livre (1871)

Essa lei até hoje é ensinada nas escolas como uma lei boa: “Toda criança

que nascesse a partir daquela data nasceria livre”. Na prática, essa lei separava as crianças de seus pais, desestruturando a família negra. O governo abriu uma casa para acolher essas crianças. De cada cem crianças que lá entravam, oitenta morriam antes de completar um ano de idade. O objetivo dessa lei foi tirar a obrigação dos senhores de fazendas de criarem nossas crianças negras, pois já com 12 anos de idade as crianças saíam para os quilombos à procura da liberdade negada nas senzalas. Vale ressaltar que com essa lei surgiram os primeiros menores abandonados do Brasil.

3.2.6. Ato oficial: Lei do Sexagenário (1885)

Também é ensinada nas escolas como sendo um prêmio do “coração bom” do senhor para o escravo que muito trabalhou. Todo escravo que atingisse os 60 anos de idade ficaria automaticamente livre. Na verdade, essa lei foi a forma mais eficiente encontrada pelos opressores para jogar na rua os velhos doentes e impossibilitados de continuar gerando riquezas para os senhores de fazendas, surgindo assim os primeiros mendigos nas ruas do Brasil.

3.2.7. Ato oficial: Decreto 528 das Imigrações Européias (1890)

Com a subida ao poder do Partido Republicano, a industrialização do país passou a ser ponto-chave. A indústria precisava, fundamentalmente, de duas coisas: matéria-prima e mão-de-obra. Matéria-prima no Brasil não era problema. Quanto à mão-de-obra, o povo negro estava aí, disponível. A mão-de-obra passou a ser problema quando o governo descobriu que se o negro ocupasse as vagas nas indústrias, surgiria uma classe média negra poderosa e colocaria em risco o processo de embranquecimento do país. A solução encontrada foi decretar, no dia 28 de junho de 1890, a reabertura do país às imigrações européias e definir que negros e asiáticos só poderiam entrar no país com autorização do Congresso. Essa nova remessa de europeus vai ocupar os trabalhos nas nascentes indústrias

paulistas e assim os europeus pobres são usados mais uma vez para marginalizar o povo negro.

3.3. As discussões que permeiam os sete atos apontados pela ONG EDUCAFRO

1. A Lei Áurea não consta nos sete atos, porque foi uma farsa. Na prática, quando a Lei foi assinada, 55% do povo negro viviam ainda sob regime de escravidão. Os demais conseguiram a libertação por meio do próprio esforço.

Que meios foram usados para a libertação dos negros?

2. Surgiu um movimento a fim de exigir que o governo indenizasse os senhores de escravos que os haviam perdido. Rui Barbosa reagiu dizendo: “Se alguém deve ser indenizado, indenizem os escravos!” Portanto ele tinha plena consciência das injustiças da sociedade contra o povo negro.

De que modo Rui Barbosa combateu as injustiças?

3. A ideologia do embranquecimento nunca parou de ter fortes adeptos no Brasil durante todas as épocas. Getúlio Vargas foi um partidário dessa ideologia.

Vejamos o conteúdo do decreto n. 1 7.967, artigo 2º, de 18/09/1945, em que o Presidente da República manifesta sua posição:

... atender-se-á, admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

4. Os sete atos oficiais expõem os 500 anos de opressão e massacre contra o negro em terras brasileiras.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

As escolas enfatizam a necessidade de resgatar a cultura e os valores dos afro-descendentes?

O próximo estudo versa sobre o papel que a EDUCAFRO desenvolve com o apoio das Universidades, por meio das ações afirmativas, também conceituadas como políticas de “cotas”.

Os setes atos apresentados pela EDUCAFRO resultam de um trabalho de pesquisa realizado pelos membros da entidade sobre a história do negro brasileiro. Nesta linha de pensamento a equipe técnica, busca justificar também, a barbárie cometida contra os judeus durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

Vejamos o trecho abaixo:

“Os judeus viveram sete anos em regime de discriminação e trabalhos forçados”. Foram tratados com desumanidade. Recentemente, conseguiram convencer a sociedade mundial de que aquela escravidão foi um ato contra a humanidade, tendo o povo judeu como principal vítima. Conseguiram implantar ações afirmativas que compensaram e compensam até hoje, com indenizações milionárias, a todos os descendentes das vítimas daqueles sete anos de trabalhos forçados. Mais de quatro bilhões de dólares são destinados, anualmente, para este fim. O povo afro-descendente viveu no Brasil, aproximadamente, 350 anos de discriminação e trabalhos forçados. Para nós, brasileiros, aquela escravidão foi ou não um atentado de horror? Por termos convicção de que foi um atentado desumano, e por sabermos da grande população afro-descendente que possuímos (45,3%IBGE-2000), a sociedade brasileira, sabiamente, está optando por políticas de inclusão, como uma forma de indenização ainda bem longe de ser um ideal de reparações.

3.4. Ações Afirmativas: opção para o Brasil?

A partir do final dos anos 90, algumas práticas de ações afirmativas voltadas para o negro começam a surgir na Universidade Brasileira. É nesse contexto que se insere o projeto da EDUCAFRO – **Universidades Públicas e Ações Afirmativas.**

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

O projeto tem por objetivo criar e implementar uma política de Ação afirmativa destinada a jovens negros, sobretudo de baixa renda, regularmente matriculados nos cursos de graduação, bem como oferecer instrumentos que possibilitem a permanência bem-sucedida nas Universidades Públicas.

O Brasil já adota as Políticas de Ações Afirmativas (as ações compensatórias) em vários setores. Toda sociedade, até então, tem-nas acolhido com grande simpatia e sem polêmica. Constatamos que os partidos políticos discriminavam as mulheres: criamos cotas de 30% para mulheres. Em 1992, antes das cotas, tínhamos 176 mulheres prefeitas e, após a implantação das cotas, em 1996, pulamos para mais de 300 mulheres prefeitas. Tínhamos aproximadamente 1700 mulheres vereadoras e, após as cotas, subimos para mais de 5000 mulheres vereadoras. As empresas, por livre iniciativa, não se interessavam em empregar portadores de deficiências: implantamos uma lei que obriga a sua contratação e essa injustiça está sendo corrigida.

O salário do trabalhador brasileiro é injusto: criamos a lei do vale-transporte, vale-refeição, vale cesta-básica. O trabalhador tem a compensação de não ser obrigado a tirar do seu salário esses gastos. Tudo isso visa compensar aqueles grupos por perdas que a sociedade entende que sofreram. Esta é a proposta de várias leis de Ações Afirmativas aplicadas em várias partes do mundo. No Brasil, as Ações Afirmativas foram introduzidas sem usar esse nome e quase não foram percebidas pelo povo. Por que, agora, se está criando polêmica? Porque agora estamos mexendo em privilégios de pessoas das classes média e alta.

Segundo pesquisa do IPEA-2001, todas as Políticas Públicas implantadas no Brasil, desde 1929 até hoje, não conseguiram resolver a questão da diversidade étnica no acesso à educação. A diferença de anos de estudos dos afro-descendentes permanece a mesma, desde 1929, comparativamente aos euro-descendentes do Brasil. Nunca as classes política, intelectual e empresarial tiveram coragem suficiente para atacar a raiz desse problema gerado **pelos mais de 350 anos de escravidão**. Pela primeira vez na História do Brasil, o poder público resolveu ouvir o apelo dos grupos organizados e começou a atacar a raiz do problema.

As multinacionais Motorola do Brasil S/A, Johnson&Johnson, Levi Strauss do Brasil Ltda e outras tentaram criar um programa de diversidade étnica para a

contratação de empregados nas filiais brasileiras. Encontraram dois obstáculos: a oposição dos executivos retrógrados do Brasil e a falta de pessoas afro-descendentes preparadas pelas Universidades Públicas Brasileiras. O mesmo perigo pode ser repetido dentro da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – e de outras universidades que tiveram a coragem de implantar, como pioneiras no Brasil, políticas de ações afirmativas no acesso ao Ensino Superior, através da reserva de cotas para afro-descendentes e para alunos da Rede Pública de Ensino. Muitas pessoas, inclusive professores, intelectuais, mesmo de esquerda, têm uma visão ingênua quando o assunto é garantir oportunidades iguais para os diversos grupos étnicos.

Vejamos abaixo o que diz o coordenador geral da ONG EDUCAFRO, frei David, sobre reserva de cotas para e para alunos da Rede Pública de Ensino:

A Ação afirmativa chamada de cotas é a solução mais eficiente? Desafiamos a academia, os políticos etc., a apresentarem outros instrumentos, com comprovada eficácia, em curto período de tempo, em nossa sociedade. Caso esses instrumentos apresentassem melhores resultados que as cotas, seríamos os primeiros a defendê-los, abandonando a defesa do sistema de cotas. Até agora, contudo, nenhuma outra medida eficaz de curto prazo foi apresentada. (jul. de 2006. Entrevista nº1)

Frei David dos Santos afirma ainda que as universidades públicas estaduais usem erroneamente seu direito à autonomia universitária, para excluírem pobres e negros, julgando-se acima da interferência da sociedade e dos governos.

Vale destacar aqui um trecho extraído do texto da Constituição Federal:

Art. 31 - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

O coordenador geral da ONG acredita que as universidades lançam mão de estratégias inadequadas. De modo que tal autonomia não deve se sobrepor aos princípios fundamentais da Constituição Federal, descritos acima.

A Ação Afirmativa deve ser adotada apenas pelo período necessário para a correção das conseqüências dos erros do passado. A cota para afro-descendente e alunos da Rede Pública é ética, honesta e justa; beneficiará também os índios, que estão na Rede Pública de Ensino. Ela ataca um erro já cometido e desperta a sociedade para não permitir que esse erro se perpetue. Só isso. É o Brasil corrigindo, com ética, uma história de injustiças. Rui Barbosa, já naquela época, afirmava: "injusto é tratar igualmente os desiguais"

Vale ressaltar, de acordo com a afirmação do coordenador geral da ONG EDUCAFRO, frei David, que o ingresso de pobres e negros no Ensino Superior não está reduzindo a qualidade acadêmica da Universidade Pública, como seus opositores alardeavam. A excelência na qualidade do ensino está sendo reforçada na medida em que se amplia a diversidade de alunos em todos os cursos e turnos.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

3.5. A relação PROUNI e ENEM

De acordo com a equipe técnica da EDUCAFRO, a relação PROUNI e ENEM é indissociável porque dá legitimidade ao processo de inserção do aluno ao mundo acadêmico, pois para o estudante que alcançar as melhores notas no EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO há chances de escolher o Curso e a Instituição de sua preferência e, além disso, as reservas de vagas são organizadas pelo PROUNI para aqueles estudantes que se declararam negros. Portanto, só poderá se candidatar ao PROUNI – Programa Universidade para Todo – o estudante que tiver sido aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), referente ao ano de 2005, e obtendo a nota mínima divulgada pelo Ministério da Educação. Não são consideradas as notas obtidas nos ENEMs anteriores. Os resultados do ENEM são usados como critério de classificação para as bolsas de estudo, que são distribuídas, conforme as notas obtidas pelos estudantes no ENEM. Assim, os estudantes que alcançarem as melhores notas no exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição de sua preferência.

O ENEM, referente ao ano de 2005, é o primeiro passo. Além de obter a nota mínima nesse exame é preciso que o estudante satisfaça uma das seguintes condições: ter cursado o Ensino Médio completo em Escola Pública; ter cursado o Ensino Médio completo em Escola Privada com bolsa integral; ser portador de deficiência, ou ser professor da Rede Pública na Educação Básica, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em curso de Licenciatura – Normal Superior ou Pedagogia. Nesse caso, a renda familiar por pessoa não é considerada.

O PROUNI reserva, em cada Unidade de Ensino Superior da Federação, uma parcela igual de bolsa para os cidadãos declarados negros, pardos ou índios, tendo por base o último censo do IBGE. Vale lembrar que o candidato cotista também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do programa, conforme a descrição abaixo:

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Bolsa Integral

Para estudantes que possuam renda familiar por pessoa até um salário mínimo e meio (R\$ 450,00) / ano-base 2006.

Bolsa parcial

50% – para estudantes que possuam renda familiar por pessoa até três salários mínimos (R\$ 900,00). Os alunos também recebem instrução dos critérios que devem ser levados em consideração no momento de calcular a renda familiar.

A renda familiar por pessoa é calculada somando-se a renda bruta de todos os membros da família, que residam na mesma casa, e dividindo-se pelo número de pessoas que formam essa família. Se o resultado for até um salário mínimo e meio (R\$ 450,00), o estudante poderá concorrer a uma bolsa integral. Se o resultado for maior que um salário mínimo e meio (R\$ 450,00) e menor ou igual a três salários mínimos (R\$ 900,00), o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50% ou 25%. A Portaria do MEC que disciplina o processo seletivo para o PROUNI definirá os membros a serem aceitos como participantes do grupo familiar e os respectivos comprovantes de renda. Se o estudante contemplado com uma bolsa parcial de 50% não puder pagar a outra metade da mensalidade, o MEC possibilita que, desses 50%, a metade seja financiada no valor total da mensalidade por meio do FIES – Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. Dessa forma, o aluno pagará apenas 25% do valor total da mensalidade enquanto estiver estudando. Depois de formado, iniciará o pagamento do valor financiado. Exemplo: se a mensalidade escolar for de R\$ 400,00, a bolsa parcial cobrirá a metade (R\$ 200,00) e o FIES financiará 25% do total (R\$ 100,00). O aluno pagará, durante o curso, apenas R\$ 100,00 por mês.

O PROUNI oferece também uma bolsa permanente no valor de trezentos reais (R\$ 300,00) por mês, concedida exclusivamente aos estudantes beneficiados por bolsa, cujo estudo é em tempo integral. Por estudarem em período integral, muitos alunos ficam impossibilitados de trabalhar. A bolsa permanência destina-se a ajudar esses alunos no custeio de seus estudos, em despesas com livros, materiais

didáticos, transporte e alimentação. É mais uma medida para a democratização do acesso e viabilização da permanência de alunos de baixa renda no Ensino Superior. A EDUCAFRO calcula que, em três anos, cerca de 10 mil alunos receberão o benefício.

Os estudantes da EDUCAFRO são acolhidos em qualquer instituição desde que essa tenha aderido ao PROUNI. Ao fazer sua inscrição, o aluno poderá assinalar até cinco opções de acordo com suas prioridades, que podem ser em cursos ou instituições diferentes.

Ao fazer sua inscrição, o candidato escolhe até cinco opções de curso, em instituições diferentes ou na mesma instituição. São pré-selecionados os estudantes que obtiverem as melhores notas no ENEM em sua opção de maior prioridade, em que ainda existam vagas disponíveis. Portanto, dentre os estudantes que se inscreverem em um dado curso, aquele que obtiver o melhor resultado no ENEM é o primeiro a ser beneficiado em sua primeira opção, e assim por diante. Dessa maneira, o PROUNI reconhece e valoriza o mérito dos melhores estudantes. Todo o sistema de seleção do PROUNI é informatizado e impessoal, o que confere transparência ao processo.

3.6. Procedimentos da EDUCAFRO

Funções dos alunos coordenadores de sala de aula no Núcleo CEU Meninos

Acompanhamento mensal

O aluno é avaliado pela Coordenação do Núcleo por meio de formulário individual e um diagnóstico geral sobre o seu aproveitamento.

Frequência

O estudante deverá ter, no mínimo, 75% de frequência às aulas, considerando-se todas as atividades do mês. A pontualidade é vista como essencial para o bom aproveitamento das aulas. Portanto, o aluno deve obedecer aos horários de início e término das aulas. O excesso de faltas acarreta o cancelamento da

matrícula, caso não sejam apresentadas declarações, juntamente com seus comprovantes, justificando as faltas às aulas. Caberá à Coordenação do Núcleo avaliar esses casos, aceitando, ou não a justificativa.

Atualizações

Os alunos devem ter seus dados pessoais sempre atualizados no controle da Coordenação do Núcleo.

Participação nos trabalhos do núcleo

Os alunos devem participar ativamente do trabalho do núcleo, não apenas com a contribuição mensal, mas também procurando se envolver nas equipes ou comissões.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Cuidado com o espaço físico

Cada núcleo deverá se organizar da melhor forma para cuidar bem do ambiente usado pelo cursinho. As normas a serem seguidas e as divisões de trabalho devem obedecer às características específicas de cada núcleo.

Exigências para concorrer a bolsas de estudo

A EDUCAFRO mantém convênios com várias faculdades particulares que oferecem bolsas integrais, parciais ou personalizadas. Os alunos da EDUCAFRO, de qualquer Estado ou cidade, poderão concorrer às bolsas nas faculdades conveniadas, desde que sejam observadas algumas exigências básicas.

Vestibular de cidadania

As questões desse processo seletivo são elaboradas com o conteúdo das aulas de cultura e cidadania ministradas no núcleo, por meio de palestras e debates sobre temas diversos. A idéia é desenvolver no jovem o senso crítico e a consciência de cidadania. A cada semestre são divulgadas pela EDUCAFRO cinco abordagens dentro da temática da cidadania. A prova é obrigatória para todos os alunos da EDUCAFRO e faz parte dos critérios fundamentais no processo de seleção para as bolsas de estudo.

Prática dos Coordenadores de Núcleos

Vale ressaltar que os núcleos funcionam de acordo com as suas características locais, e a quantidade de alunos define o número necessário de

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

coordenadores. A grande maioria dos núcleos do Pré-vestibular para Negros e Carentes funciona aos sábados, das 8 às 20 horas. Já existem outros núcleos com disponibilidade de horário durante a semana, no período noturno. Os coordenadores não são remunerados e alguns professores recebem, às vezes, apenas ajuda de custo para o transporte.

O currículo do curso é composto pelas disciplinas e conteúdos exigidos nos processos seletivos como Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Literatura, Redação, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira. Além das áreas comuns do conhecimento, há um trabalho com a temática Ética e Cidadania, que relaciona questões como racismo, discriminação, preconceito, cultura, ideologia, democracia, políticas públicas, direitos humanos, movimentos sociais e globalização. As aulas são ministradas com palestras, análises de filmes, de letras de músicas que retratam situações do cotidiano, de textos, apresentação de peças teatrais e dinâmicas de grupos. Observamos que no Núcleo CEU Meninos, 03 (três alunos) desempenham as funções de coordenadores de sala, como veremos a seguir:

O Coordenador nº 1:

Organiza lista de presença dos alunos, verifica a presença dos estudantes em outros eventos, solicita os espaços disponíveis no núcleo e organiza os recursos didáticos como giz, apagador, cópia de textos, distribuição de apostilas e outros materiais.

O Coordenador nº 2:

Organiza a acolhida dos professores e alunos na hora do intervalo, providenciando café, água e lanche. Mantém a organização e a limpeza da sala.

O Coordenador nº 3:

Organiza os carnês de pagamentos, faz balancetes e atua como um elo entre as informações trazidas da sede central da EDUCAFRO para o núcleo.

Transcrevemos abaixo as principais categorias que orientam a seleção dos estudantes para a sua inserção no projeto da EDUCAFRO.

3.7. O perfil dos alunos da Educrafo

Os princípios que regem a seleção de alunos para o projeto da ONG

Situação socioeconômica

Baseia-se na renda familiar *per capita* de cada aluno, que não pode ultrapassar o valor de “um salário mínimo e meio”. Esse valor é considerado pelo **MEC** e pelas Universidades Públicas para a concessão de isenções da taxa de inscrição dos processos seletivos.

Conclusão do Ensino Médio

A EDUCAFRO dá preferência aos alunos que concluíram o Ensino Médio em Escola Pública há mais tempo. Em caso de vagas remanescentes, poderão participar até alunos da 3ª série do Ensino Médio, desde que não ocupem a vaga de quem já concluiu o Ensino Médio.

A localização

A EDUCAFRO dá prioridade, ao selecionar os alunos, àqueles que moram nas proximidades de cada núcleo. Os estudantes, que moram em lugares mais distantes dos núcleos já existentes, são aconselhados a incentivar outros interessados da mesma localidade a formarem um novo núcleo pré-vestibular comunitário, em seu bairro ou comunidade. Para facilitar, a EDUCAFRO mantém um serviço de orientação para abertura de novos núcleos.

A afro-descendência

A EDUCAFRO denuncia a ausência de afro-descendente nas Universidades

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Públicas e luta pela sua inclusão. E para ser coerente com essa denúncia, a EDUCAFRO tem como norma que cada núcleo tenha, na composição dos alunos de cada classe, uma porcentagem de negros e pardos que varie entre o ideal de 80% (percentual de negros e pardos da população brasileira indicada pela ONU) e a mínima de 45,6% (percentual de negros e pardos da população brasileira indicada pelo IBGE).

Contribuição Mensal

Os alunos, conscientes da proposta comunitária, assumem as despesas ordinárias para o funcionamento do núcleo, rateando entre si os gastos, em forma de cooperativa e cabendo a cada aluno contribuir com 2 a 5% do salário mínimo por mês. Esses gastos são para cópias de textos destinadas ao núcleo, transporte para professores, contribuição do núcleo na sede da EDUCAFRO. Outras pequenas despesas e saldo final deverão ser apresentados mensalmente aos alunos do núcleo e também à sede da EDUCAFRO.

A EDUCAFRO realiza, mensalmente, uma reunião geral com coordenadores alunos, professores e visitantes. Cada reunião tem por objetivo repassar o que vem sendo feito e pensado na área dos cursinhos pré-vestibulares e na educação do país, além de favorecer a integração e confraternização entre os participantes de modo geral. Todos os alunos da EDUCAFRO podem participar mensalmente das reuniões.

É importante ressaltar que a EDUCAFRO realiza, por meio dos psicólogos voluntários, um programa de orientação vocacional, pois muitos alunos não sabem quais carreiras irão seguir, ou percebem não ter vocação para a área escolhida. A coordenação do núcleo e os professores voluntários estabelecem o horário e os dias da orientação aos alunos.

Preparar o estudante para os processos seletivos de ingresso às Universidades Públicas é o alvo maior da ONG EDUCAFRO. Para tanto, é importante ressaltar a relevância da isenção da taxa de inscrição para exames seletivos a essas universidades.

É necessário que os alunos sejam autorizados pela coordenação do seu núcleo para concorrer a bolsas de estudo. Uma vez aprovados nas provas, os estudantes serão avaliados a partir dos seguintes critérios:

Nota da Coordenação do Núcleo

Nota do vestibular de cidadania (prova prática e teórica)

Nota da entrevista com a equipe da sede da EDUCAFRO

Nota dada ao Núcleo pela Sede da EDUCAFRO

Ação Afirmativa (que se baseia fundamentalmente nos critérios de tempo de núcleo, etnia, idade e renda).

Os alunos que se afastam temporariamente do cursinho poderão retornar, desde que apresentem à coordenação uma declaração com a justificativa da ausência. Caberá à Coordenação aceitar ou não o pedido de retorno.

A EDUCAFRO insiste na idéia de que o aluno universitário, após ter conseguido o acesso ao Ensino Superior, deverá despertar sua consciência, investindo energia e trabalho no esforço de abrir novos núcleos, em uma postura comunitária e multiplicadora, para beneficiar outros carentes e afro-descendentes, assim como aconteceu com ele.

O aluno que não conseguir bolsa no exame de seleção é orientado a retornar ao núcleo, a fim de ser auxiliado para prestar novas provas ou, no caso de aprovação em faculdade particular, enfrentar novo processo de seleção para bolsa de estudo.

Os membros da EDUCAFRO afirmam que informação hoje é poder, portanto, os alunos deverão consultar freqüentemente o *site* da ONG, bem como os *sites* das Universidades Públicas para se manterem informados.

3. 8. Ações afirmativas: relatos de uma experiência no Brasil

A Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio), desde 1993, mantém uma parceria com entidades empenhadas na concessão de bolsas de estudo à população encaminhada por meio do trabalho da Pastoral do Negro. Naquele primeiro ano, foram concedidas quatro bolsas. Para concorrer à bolsa de estudo na

PUC - Rio, além de o candidato provar sua participação em entidades conveniadas com a Universidade e participar de trabalhos comunitários, deverá também estar aprovado no vestibular dessa entidade promotora. Constatamos assim que, os alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, quando preparados, têm condições de serem aprovados nos exames das universidades. Hoje, nove anos depois, em parceria com a Pastoral do Negro (Entidade EDUCAFRO), a PUC - Rio já concedeu bolsas de estudo para 565 alunos. A média acadêmica dos alunos bolsistas, por amostragem, é superior à média daqueles que podem pagar o curso. Observamos que os alunos que provêm da população de baixa renda, 90% afro-descendentes, quando são favorecidos, provam seriedade, respeito e capacidade para lidar com o conhecimento. Assim, é necessário que a iniciativa, como a exemplificada neste estudo, esteja presente em outras universidades do país.

As famosas “notas de corte”, adotadas pelos processos seletivos para ingresso à USP, e outras Universidades no Brasil, são mais um instrumento para afastar os pobres, vítimas do Ensino Público, das Universidades Públicas. De acordo com as palavras de um professor da Universidade de São Paulo, se todos os doutores dessa instituição fossem submetidos ao último processo seletivo, 80% ficariam reprovados. Desse modo, isso nos faz crer que o atual método para dizer quem pode e quem não pode entrar em Universidades Públicas está totalmente equivocado. Vale ressaltar que provas repletas de questões que exigem “macetes” para resolvê-las, não são argumentos convincentes para excluir alunos dos exames.

3.9. Dados coletados no Núcleo CEU Meninos

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, realizada por meio de questionário, com os alunos que cursam o pré-vestibular comunitário no Núcleo **CEU Meninos**, os questionários foram elaborados por meio de perguntas abertas e fechadas, além de comentários realizados nos momentos das aulas com o Projeto o Texto Trabalhado, por meio do trabalho voluntário desenvolvido pela pesquisadora, primeiramente às sextas feiras e depois às quartas feiras. As mudanças nos dias da semana ocorrem de acordo com a necessidade do bom andamento do núcleo.

Com o intuito de levantar os aspectos positivos e negativos, do ponto de vista dos alunos, sobre temas diversos: Educação, Cidadania, Política, Ética, Direitos Humanos e, principalmente, sobre o que os motiva e quais são suas aspirações com relação ao seu acesso em nível superior. Os dados coletados revelaram resultados que se configuraram como projeto político-pedagógico da ONG EDUCAFRO e em particular do núcleo estudado, em que se evidenciou, por meio dos gráficos, a importância atribuída à educação, como as modificações que seus integrantes postulam como necessárias no Sistema Educacional, resultando em ações afirmativas.

ANÁLISE DOS GRÁFICOS da pesquisa de campo realizada com os alunos da EDUCAFRO no Núcleo **CEU Meninos**

Gráfico nº 1



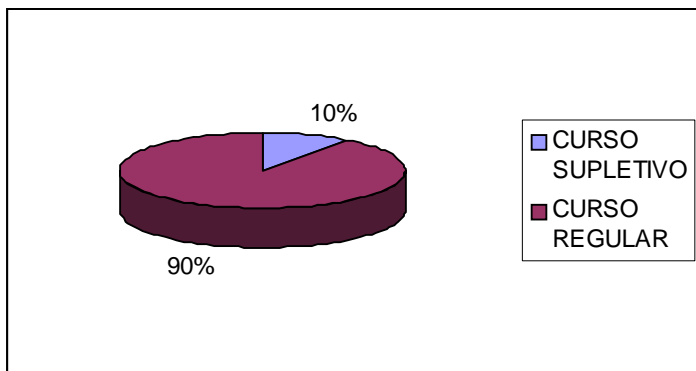
A análise de dados do gráfico 1 demonstrou que 100% dos alunos que procuram a ONG EDUCAFRO são oriundos da Rede Pública de Ensino. Isso nos leva a crer que a Escola Pública não atende às expectativas desses alunos. Na maioria das vezes, eles procuram apoio em outros setores da sociedade. Fica demonstrado também, com esses dados, a seriedade e o compromisso dos professores e coordenadores da ONG EDUCAFRO precisam ter na organização dos conteúdos solicitados para os processos seletivos quando comparados esses conteúdos aos oferecidos, em termos de qualidade, no Ensino Público.

pdfMachine

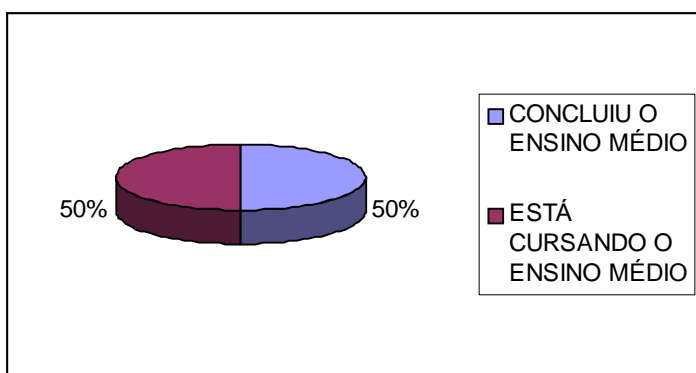
Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Gráfico nº. 2

Esse gráfico revela que os alunos oriundos do curso regular (Ensino Médio) demonstram maior interesse pelo meio acadêmico, quando comparados àqueles que são provenientes do Ensino Supletivo.

Gráfico nº. 3

O gráfico 3 mostra que os alunos concluintes do Ensino Médio Regular almejam ingressar em uma universidade, uma vez que estão preocupados com uma

pdfMachine

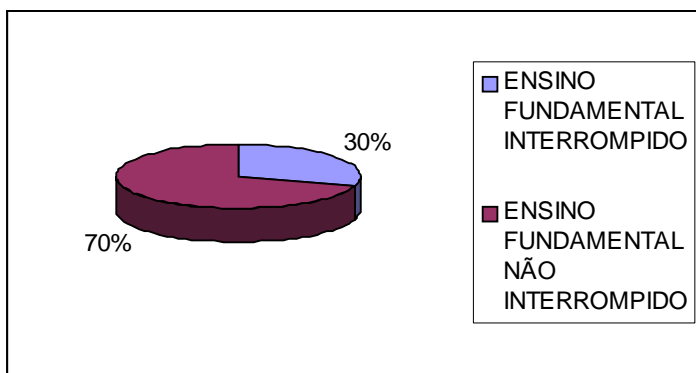
Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

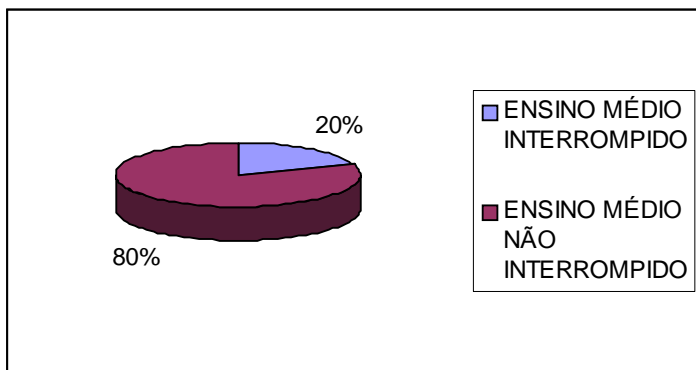
boa colocação no mercado de trabalho.

Gráfico nº. 4



O gráfico 4 revela que na sua grande maioria, os alunos tiveram por base o Ensino Fundamental, e isso não implicaria na falta de pré-requisitos para a continuidade do Ensino Médio.

Gráfico nº. 5



O gráfico 5 revela também que a grande maioria dos alunos que fez o pré-

pdfMachine

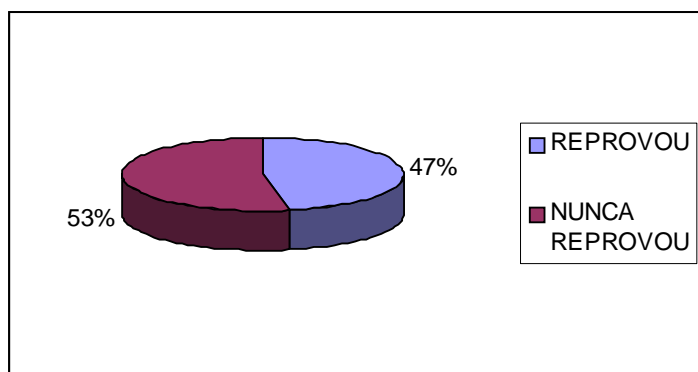
Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

vestibular na EDUCAFRO, concluiu o Ensino Médio.

Gráfico nº. 6



O gráfico 6 reafirma a tese de que os alunos, em sua grande maioria, nunca obtiveram reprovação, podendo assim prestar o exame de seleção para ingresso às universidades.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Nosso propósito nesse trabalho foi o de conhecer o que motiva e quais são as metas dos professores que ministram voluntariamente aulas nos cursinhos Comunitários? O que almejam os alunos com o seu acesso no Ensino Superior? Além disto, de identificar quais as tendências, orientações e alternativas para solucionar os problemas enfrentados pelos negros no contexto escolar e as propostas, intenções, planos e iniciativas discutidas e implementadas por essa ONG no campo da educação.

Buscamos também analisar historicamente, os descaminhos que impediram o acesso da população negra à educação, tendo como referência os mecanismos da exclusão social.

Realizamos também uma breve síntese da visão de Paulo Freire sobre a Educação Cidadã para uma melhor reflexão da importância do trabalho desenvolvido pela EDUCAFRO como um mecanismo de emancipação e transformação social no que diz respeito à inclusão social da população afro-descendente.

A fim de apresentar a historicidade das ONGs, enquanto apoio aos socialmente excluídos destacando os principais conceitos de Maria da Glória Gohn sobre as organizações não-governamentais e, em especial, a trajetória histórica da EDUCAFRO re-significando os conceitos de solidariedade, de cidadania e de trabalho voluntário tão propalado por Freire.

O presente estudo de natureza qualitativa foi realizado por meio de entrevistas, com os alunos que cursam o pré-vestibular comunitário no Núcleo **CEU Meninos**. Os questionários foram elaborados por meio de questões abertas e fechadas, com o intuito de levantar os aspectos positivos e negativos, do ponto de vista dos entrevistados, sobre temas diversos como educação, cidadania, política, ética, direitos humanos e, principalmente, sobre o que os motiva e quais são suas aspirações no que diz respeito ao seu ingresso nas faculdades.

Um exame dos dados descritos nos gráficos responde a muitas das indagações no que diz respeito aos pré-vestibulares comunitários. Constatamos que a participação de entidades, como a ONG EDUCAFRO, é cada vez mais relevante,

à medida que o jovem negro oriundo da população de baixa renda, não encontra apoio em outros setores da sociedade. Os pré-vestibulares comunitários passam a ser a ponte que os levará ao Ensino Superior.

Constatamos com esse estudo que são freqüentes as discussões sobre educação no interior dos núcleos pré-vestibulares da ONG EDUCAFRO, em que pesem as limitações das iniciativas práticas que oscilam entre a preocupação com a conscientização por meio do trabalho de esclarecimento e através da denúncia de casos concretos de discriminação.

Ao analisar os dados, ficou confirmado que a Escola Pública não atende às expectativas desses alunos que, na maioria das vezes, vão buscar apoio em outros setores da sociedade, justificando, assim, a importância do trabalho da EDUCAFRO.

Em meio às indagações apontadas nesse estudo, gostaríamos de destacar o que pensava o organizador da Semana de Arte Moderna, Paulo Prado, na década de 1920, a respeito do futuro do país. Em seu livro *Retrato do Brasil*, encontramos ninguém nada menos que um bem-sucedido homem de negócios, estabelecido no comércio internacional, que conseguira triplicar a herança familiar e, tendo viajado o mundo, via o Brasil e o seu futuro desencaminhados por uma política mesquinha, conduzida por uma elite míope e incompetente, incapaz de enxergar a realidade e nela intervir em direção às necessidades do momento.

Daí a necessidade de práticas conhecidas hoje como Ações Afirmativas e são justamente tais práticas que programaram esse trabalho. Levantamos e respondemos a questões como: O que pensam? Como são motivados e quais são as perspectivas dos voluntários: professores, coordenadores e alunos usuários da entidade EDUCAFRO Pré-vestibular para negros e carentes? Como se dá a inserção dos alunos da EDUCAFRO no Ensino Superior? Quais são os principais problemas por eles enfrentados? De que formas agem os mecanismos de exclusão dos oriundos das famílias de baixa renda no Brasil?

As implementações desenvolvidas pela ONG EDUCAFRO - Pré-vestibular para Negros e Carentes são, na verdade, ações coletivas com a real possibilidade de constituírem um Movimento Social expressivo e dar importantes contribuições ao desafio de combater a exclusão social, a discriminação e o racismo.

São muitos os projetos para a construção de uma educação democrática, fundada na idéia de cidadania ativa, na igualdade, na solidariedade, no respeito aos seres humanos e na valorização da diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira, por meio de uma visão sociocultural, pedagógica curricular e multicultural. Vale ressaltar a relevância do papel do educador desse contexto social. Para tanto, lembramos a postura de Paulo Freire com respeito ao educador. A formação e qualificação do educador ultrapassam a competência técnica. Embora essa seja fundamental, a qualificação do educador também implica a capacitação para pensar e agir politicamente.

Essa capacitação política é construída, principalmente, na participação em Organizações Populares e Movimentos Sociais, com propostas para a construção de um projeto alternativo de sociedade, que apresente novas bases, novas formas e novas relações, a fim de sinalizar para uma democracia atuante. De modo que esse quadro social tão almejado pelos cidadãos brasileiros possa significar garantias aos direitos humanos a todos os cidadãos, direito ao trabalho, direito à educação de qualidade, à saúde, direito à moradia, direito ao lazer, direito à identidade sociocultural. A luta pela emancipação, pela materialização dos direitos de cidadania é o espaço onde se dá o verdadeiro processo de formação de um educador autônomo e cidadão.

Nesse sentido, o professor Florestan (1989) contempla o “nosso querer” com o “nosso fazer” nas seguintes palavras:

Devemos todos educadores, educandos, negros, mulheres homens nos organizar em movimentos sociais que visem destruir as barreiras raciais e sociais que são obstáculos à sua participação na economia, na sociedade, na cultura, no Estado.
(p.132)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como propósito nesse estudo conhecer, discutir e analisar, as motivações e aspirações dos alunos inseridos nos cursos pré-vestibulares para negros e carentes da ONG EDUCAFRO, bem como a inserção desses jovens no Ensino Superior e no mercado de trabalho, considerando os mecanismos de inclusão e exclusão dos negros no Sistema Educacional Brasileiro.

Além, de identificar quais as tendências, orientações e alternativas para solucionar os problemas enfrentados pelos negros no contexto escolar, as propostas, as intenções, planos e iniciativas discutidas e implementadas por essa ONG no campo educacional.

Reiteramos que o nosso objetivo é também mostrar que o trabalho desempenhado pela EDUCAFRO é relevante, pois a resistência aos mecanismos de inclusão social, como reparação das injustiças raciais, está longe de ser superada. Portanto, cabe ressaltar a importância da função social desses mecanismos de luta.

Dentre as muitas indagações que levantamos no que diz respeito à relevância das ONGs, destacamos o modo como essas entidades, em particular a EDUCAFRO, contribuem para inclusão social e política da população negra de baixa renda. Investigamos se as ações desenvolvidas, de fato, estão comprometidas com a tarefa da inclusão social.

No Brasil, do século XXI, dentre os jovens que têm acesso ao Ensino Médio, de qualidade, 12% são brancos e a faixa etária varia entre 18 e 25 anos. Segundo os dados do *Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira 2005*, a população de afro-descendentes tem dois anos de estudo a menos que a branca.

A trajetória histórica da população negra, bem como os mecanismos usados na inserção dos afro-descendentes nas universidades brasileiras, por meio de entidades como a EDUCAFRO, reforça a visão que especialistas estudiosos do tema educação têm de um país marcado por tantas desigualdades e assinalam a relevância das Ações Afirmativas.

Na análise dos dados, foi possível responder às indagações levantadas na

introdução, o que para nós se apresenta como projeto político pedagógico da ONG EDUCAFRO, no Estado de São Paulo, em que as análises pautaram-se pela necessidade da inclusão da população negra no Ensino Superior e no mercado de trabalho.

É necessário, entretanto, ter em mente que só a aquisição do Ensino Superior não é condição suficiente para a eliminação da desigualdade social e racial e as parcelas destinadas às populações negras nos cursos universitários são insuficientes. De fato, a simples mudança no ingresso é apenas um aspecto de um processo mais amplo. Portanto, faz-se necessário buscar um modelo de universidade que seja adequado à realidade do aluno brasileiro, mas com qualidade.

Destacamos também o professor, escritor e ativista dos direitos humanos, o historiador negro nascido nos EUA, John Hope Franklin declara que as políticas compensatórias foram aplicadas desde a década de sessenta. Essas políticas pretendiam oferecer aos afro-americanos a chance de participar das mudanças sociais. De modo que as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e também implantar procedimentos que fossem favoráveis à população negra. O estudo reafirma que no Brasil, essa luta está sendo organizada pela ONG EDUCAFRO que vem desenvolvendo há alguns anos mecanismos de inclusão social, justificando-os por meio da necessidade de compensar os negros pela discriminação sofrida no passado, beneficiando de alguma forma essa porcentagem da população brasileira.

Dessa forma, o ingresso e a permanência dos alunos negros no Ensino Superior tendem a reclamar por uma política diferenciada em resultado de todo o processo discriminatório e excludente sofrido no passado e atualmente.

A pesquisa confirmou que os alunos do Núcleo estudado buscam na ONG EDUCAFRO uma forma alternativa de inserção no Ensino Superior e, essa inserção os motiva e os inspira no vislumbre de se colocarem também no mercado de trabalho. Vale ressaltar que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas de abrir espaços para novos questionamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo. In: **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, novembro 1995.

ABONG e AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **Racismo no Brasil**. Petrópolis: Ed. Fund. 2003.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1981.

AMARAL, Rita. **Educar para a igualdade Racial**. São Paulo: Summus editorial, 2004.

ANDRADE, Rosa Maria T. e FONSECA, Eduardo F. (org.) **Aprovados! Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro, 2002.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional. In: Moreira, Antonio F. e Silva, Tomaz T. da. **Currículo e cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola, alternativas teóricas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Summus editorial, 1998.

ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil & o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

ARROYO, MG. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, E. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987 (Coleção Polêmicas de nosso Tempo).

ARROYO, MG. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Roldão. **Intelectuais se unem para levar negros ao Itamaraty**. Estado de São Paulo, 6 de fev. 2003. Caderno Nacional.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BASTIDE, Roger. Fernandes. Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959. V. 305. (Coleção Brasileira).

BERND, Zilá. **O que é negritude?** São Paulo: Brasiliense, 1998.

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos: Que Brasil quer?** Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9394/,20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: Pargos, 1997.

_____ **Parâmetros Curriculares Nacionais** - 1ª a 4ª séries. DF: MEC/SEF, 1997.

_____ **Parâmetros Curriculares Nacionais** - 5ª a 8ª séries, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História Afro-brasileira e Africana**. Brasília. 2004.

CAVALCANTI, Mara Laura Viveiros de Castro. Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: *O estudo do estigma e do preconceito racial*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação repensando nossa escola**. São Paulo: Summus editorial, 2001.

CARVALHO, José Carmelo Braz, Cursos Pré-vestibulares comunitários - espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: PUC – Rio Editora, 2005.

CARVALHO, José Jorge de e SEGATO, Rita Laura. **Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. Brasília, DF: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAIA, Miguel W. Os negros e a discriminação racial no mercado de trabalho. In: **Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: Pesquisa de emprego e desemprego**. Fundação SEADE São Paulo: SEADE

CONSORTE, Josildeth Gomes. **A questão do negro velho e novos desafios**. São Paulo em perspectiva. São Paulo v.5 n.1, 1991, p.89.

COUTINHO, José Maria. **Por uma educação multicultural**. São Paulo, 1997.

CUNHA, Jr. Henrique. Educação, afrodescendente em mestrados e doutorados alguns comentários e uma tentativa bibliográfica. **Encontro de pesquisa educacional do Nordeste**. Salvador: Bahia, Ufba. 1999.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1991.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____ **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

_____ Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

FERNÁNDEZ Alicia. **A mulher escondida na professora**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 23. edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1996.

_____ **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Olho d'Água, 1993.

_____ **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ **À sombra desta mangueira**. Olho d'Água, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Nova Hamburgo: Feevale, 2003.

GOHN, Maria Glória. **Movimentos sociais e a luta pela moradia**. São Paulo Loyola, 1991.

_____ **Os Sem terra, ONGS e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997

_____ **Educação formal e não formal**. São Paulo: ed. Melhoramentos, 2003.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade. O direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino, **A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro**, São Paulo: Editora Unesp, 2003.

_____ **A experiência de dois projetos voltados para a juventude negra**. Brasília: INEP, 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **O jogo das diferenças: O multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e HUNHEY, Lynn Org. **Tirando a máscara. Ensaios sobre o racismo no Brasil**, 2000.

HADDAD, Sérgio. Racismo no Brasil, In: **ABONG**, São Paulo 2002.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades raciais no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, 1977.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____ **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.1987.

LEPINE, Claude. **A imagem do negro brasileiro**, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

LOBATO, Monteiro. **Peter Pan**, 35. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, p.13.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1998.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

_____ **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

NASCIMENTO, Alexandre. **Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares, Rio de Janeiro, 1999 – Dissertação de Mestrado**

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: Queiroz. 1985.

PEREIRA, João Borges, Raça e classe social no Brasil. Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. São Paulo: Unesp / Paz e Terra, 1987.

PINTO, Regina Pahim. A questão Racial e a formação de professores. In: Oliveira, Iolanda. **Relações Raciais e Educação: Temas Contemporâneos**. Niterói: UDUF, 2002.

PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil. Ensaio Sobre a Tristeza do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

ROSEMBERG, Fúlvia, **Raça e desigualdade educacional no Brasil, Diferenças e preconceitos na Escola, alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus

editorial, (1998) (1987), Carlos Hazenbalg (1987) e Lia Rosemberg (1984).

SANTOS, Joel Rufino dos; **O negro como lugar**. Introdução crítica à Sociologia Brasileira, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WvA, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Projeto Ações Afirmativas na UFMG. In: **Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil**. Belo Horizonte: 2002

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS específicas sobre “OS SETE ATOS”

1. BATISTA, Pe. Mauro. Evangelização ou Escravidão? In: **Vida Pastoral** n.º 138, 1988, pp. 15-19.
2. CHIAVENATO, J.J. **O Negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986,
3. CHIAVENATO, J.J e SOARES, Afonso M. L. O Negro Migrante. In **Revista Sem Fronteiras**, junho / 86.
4. COSTA, Emília Viotté da. **A Abolição**. São Paulo: Global Editora, 1986.
5. DIEGUES Jr, Manoel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Biblioteca do Exército, 1980.
6. LEÃO XIII, Papa. **Sobre Abolição da Escravatura**. Doc. nº 40, Vozes, 1987, p. 22.

7. RODRIGUES, J. H. **Brasil e África**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980, p. 121.
8. SILVA, J. Martiniano. Racismo à Brasileira; Das Raízes à Marginalização do Negro, in **Revista de Cultura**, Vozes, ano 82, janeiro / 88, p. 39.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

SITES CONSULTADOS

Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG).

Disponível em: <http://www.ABONG.org.br>

EDUCAÇÃO para Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável.

Disponível em: <http://www.uniethos.org.br>

Educafro pré-vestibular para Negros e Carentes

Disponível em: <http://www.org.br.br>

A Cor da Cultura

Disponível em: <http://www.cordacultura.org.br>

PROGRAMA RODA VIVA.

disponível em: www.videocultura.tv.br

Documentos e Fontes de Pesquisa

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de Organizações Não-governamental. (ABONG)

Carta de Princípios.

_____ . Estatuto da Igualdade Racial

_____ . C D-Room Programa Roda Viva TV Cultura

_____ ."UERJ Sem Muros".

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

ANEXOS
ANEXO 1**Questionário apresentado aos alunos do núcleo de educação integrada****Dados coletados em entrevistas e depoimentos**

Caro aluno,

Encaminhamos o questionário informativo, material integrante de um projeto de pesquisa que deverá colaborar com a implementação de novas ações para o atendimento de suas necessidades no Pré-Vestibular Comunitário.

Idade:

Núcleo onde estuda:

Qual a distância do trabalho para casa (quilometragem):

Estado civil:

Cidade onde reside:

Estado de origem:

Concluiu o Ensino Médio? Ano da conclusão:

Está cursando o Ensino Médio e simultaneamente o CPV?

Curso Supletivo:

Curso Regular:

Já foi reprovado?

Realiza atividades culturais diariamente?

Realiza atividades culturais raramente?

Vê TV, ouve música, vai a shows, teatro, biblioteca e exposições?

Faz leitura de recursos diversos regularmente?

Livros, revistas, jornais, quadrinhos, outros.

Qual o seu conceito de educação, política e cidadania?

Como você conceitua Direitos Humanos?

Diretos exercidos, direitos não exercidos?

Quais são suas expectativas para o futuro?

O que o motivou a buscar o CPV?

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Que curso pretende fazer?

Quais são as suas expectativas em relação ao mercado de trabalho após a graduação?

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

ANEXO 2 ENTREVISTAS

Entrevista 1

Realizada na sede da EDUCAFRO, em São Paulo, com frei David dos Santos.

Parecer do coordenador geral da ONG EDUCAFRO sobre os elementos para caracterização institucional da entidade

Sobre a metodologia o coordenador responde que:

A EDUCAFRO tem consciência de que, além do tema sobre Cidadania, ela também trabalha os conteúdos que são solicitados nos processos seletivos para ingresso às Universidades. Os alunos que a EDUCAFRO recebe trabalham a semana inteira e vêm cansados para estudar. Enquanto o aluno rico estuda quarenta e cinco horas por semana, no mínimo, em sala de aula, o aluno EDUCAFRO só tem disponibilidade de estudar dez horas apenas. O que configura como uma grande equação que a EDUCAFRO tem para resolver, o coordenador revela que eles trazem da Escola Pública um conhecimento muito defasado e com pouquíssimo tempo para estudar em sala de aula. Os alunos são muito pobres. Executam tarefas domésticas tais como lavar roupas, fazer suas compras e nos finais de semana construir suas casas. É importante ressaltar que o frei destaca, como um aspecto positivo, o desejo de os alunos aprenderem a norma culta da língua portuguesa e a matemática. Para ele, seus alunos são pessoas que superam seus limites.

Parecer do coordenador da ONG EDUCAFRO sobre a prática dos coordenadores de núcleos

Os coordenadores de núcleo e os professores recebem uma formação continuada e permanente, a partir dos conteúdos que são fixados pelo núcleo comum, fatos dinâmicos, históricos, cotidianos, políticos e geográficos. Participam de

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

cursos intensivos durante o ano. Constata-se que 99% dos alunos acolhidos, neste semestre de 2006, atenderam aos critérios do perfil dos alunos organizados pela EDUCAFRO, sem que esses sejam dispensados por estarem ocupando a vaga de um aluno carente. Esse pensamento revela ser fruto de uma consciência madura e de uma definição de perfil estratégico da entidade, ou seja, a entidade EDUCAFRO conseguiu mostrar à sociedade um perfil muito firme do aluno pobre.

pdfMachine

Is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Entrevista 2

Entrevista realizada com a coordenadora do Núcleo Ceu dos Meninos, em 19 de junho de 2006

A professora coordenadora fala sobre a sua motivação e as expectativas que sente com o trabalho voluntário na EDUCAFRO.

Quando procurei a ONG, já fui com a intenção de contribuir, conhecia a causa, já sabia o que era uma ONG, buscava apoiar os alunos carentes e afro-descendentes. Pensei que dentro dessa luta deles, contribuir seria uma maneira de participar de uma transformação social. Quando nos formamos como pedagogos, ouvimos o discurso da transformação de uma realidade injusta e que pode ser mudada para melhor. Esse é o discurso do meio acadêmico. Parece que não é possível essa realização. “Depois percebi que era possível realizar essa transformação”, declara a coordenadora. Membro de uma família numerosa, a coordenadora assumiu sozinha todas as despesas de sua formação. A causa da EDUCAFRO contemplou suas expectativas. Ela procurou nas regiões mais próximas de sua residência os núcleos em que pudesse atuar levando em consideração fatores como a migração e a carência da população.

“Quando se conhece na prática o trabalho voluntário, percebem-se as dificuldades não previstas no início”, diz a professora. “Reuni outros voluntários, além de acompanhar de perto as dificuldades sem fazer cobranças”, para ela, as ações afirmativas indicam o melhor caminho.

“Minha luta”, afirma a professora, “é para animar os voluntários, e minha esperança é que eles não desistam ao longo do caminho, em consequência do desânimo em relação aos resultados que nem sempre são os esperados”, desabafa a professora. Por outro lado, ela acredita que os resultados finais serão positivos. Usa como argumento, exemplos como os Estados Unidos e o Canadá, países bem-sucedidos no sistema de cotas. A professora ressalta ainda que no Brasil as mudanças ocorram num processo muito lento. Assim, não alcançamos os mesmos passos, quando somos comparados a países com trajetória histórica, processos de luta diferentes dos nossos.

Entrevista 3

Entrevista exploratória realizada com o coordenador do **Núcleo CEU Meninos**, em São João Clímaco. Ele ministra aulas no núcleo localizado numa região residencial e periférica. A comunidade atendida é considerada carente e migrante das diferentes regiões do Estado de São Paulo e outros Estados onde o nível socioeconômico é bastante comprometido em consequência do alto índice de desemprego.

Nome: S.O.B.

Formação: Geografia

Função professor coordenador

Tempo de núcleo: 5 anos

“O trabalho voluntário é um ato de amor, de doação”, afirma o coordenador, “é a mais pura consciência de cidadania”. Há núcleos da EDUCAFRO que contam com a coordenação pedagógica. Porém, não é uma orientação regular em todos os núcleos, pois cada um enfrenta realidades diferentes e se organiza de acordo com ela. “Muitas vezes, se um determinado professor não pode comparecer ao núcleo, não se consegue mais ninguém naquela comunidade que possa dar essas aulas”, desabafa o coordenador.

Para ele, os professores dos núcleos têm enfrentado várias dificuldades com a formação pedagógica necessária; porém os coordenadores têm auxiliado esses voluntários.

“Não há uma receita específica para lidar com as diferenças, porém desenvolvo um trabalho diferenciado”, declara o coordenador. “Não posso agir como se todos os alunos estivessem no mesmo ponto de partida, pois poderíamos prejudicar aquele quem tem mais dificuldades”.

“Sigo as orientações que são dadas por meio do manual do Coordenador, faço contatos com os professores inscritos e organizo o número de aulas semanais, o diário de classe e a frequência dos alunos e colaboro com todas as ações que aparecem”, afirma o voluntário e coordenador da EDUCAFRO.